



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 413 - DE 05 A 19 DE JUNHO DE 2011 - R\$ 3,00



**Parlamentares aprovam o Código Florestal do agronegócio;
e madeireiros mandam matar trabalhadores extrativistas
Organizar um Congresso Operário e Camponês
Constituir um Tribunal Popular**

**Greves pelo reajuste
dos salários se
espalham pelo país**



Maio de Luta contra o governo Teotônio Vilela Filho

Oposição revolucionária a Dilma

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Parlamentares aprovam o Código Florestal do agronegócio; e madeireiros mandam matar trabalhadores extrativistas

Organizar um Congresso Operário e Camponês

Constituir um Tribunal Popular

Na terça-feira, dia 24/5, José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram fulminados por jagunços a mando de madeireiros, que saqueiam a reserva Água Extrativista Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, no estado do Pará. Na sexta-feira, dia 27/05, Adelino Ramos (Dinho), líder do projeto de Assentamento Florestal Curuquetê e do Movimento Camponês Corumbiara, foi assassinado em Lábrea (Amazonas).

O casal de trabalhadores fazia parte de um assentamento agrário. Por denunciarem os madeireiros no Ministério Público e por mobilizarem os assentados em defesa da mata, sofriam ameaças de morte. É estarrecedora a previsão de seu assassinato feito poucos meses antes em uma das atividades. Um vídeo mostra José Cláudio relatando as ameaças e a possibilidade de levar um tiro na cabeça. Mais uma vez temos o caso “marcado para morrer”, um entre muitos casos de camponeses que perderam a vida sob as armas de latifundiários, fazendeiros e madeireiros.

A morte anunciada de José Cláudio e Maria foi enfim cumprida quando o Congresso Nacional decidia anistiar o agronegócio de multas e obrigações por ter violado o Código Florestal. Embora se possa dizer que foi uma coincidência e que não tem relação um acontecimento com outro, é incontestável que são parte de uma mesma estrutura econômica, mesma relação de propriedade e mesma relação social. E estão sob a mesma forma de poder econômico, político e judicial.

Toda vez que um latifundiário manda matar um camponês, as instituições da burguesia, da qual faz parte a imprensa, procuram isolar a violência como se fosse um caso particular e uma excrescência no sistema agrário e no regime democrático. A realidade é bem outra. O processo capitalista de concentração da propriedade privada dos meios de produção e, em especial, da propriedade da terra, criam e reproduzem a pobreza das massas agrárias; expulsam os camponeses das pequenas e médias propriedades e os transformam em sem-terra; conservam em determinadas regiões o trabalho familiar e semiproletarizam seus membros como assalariados temporários; subjagam o que restou dos povos indígenas e adentram com o desmatamento em suas áreas de existência.

O Estado está a serviço da classe capitalista para impulsionar a concentração e centralização do capital e, portanto, da propriedade agrária. Não tem como se colocar em defesa dos camponeses, especialmente dos minifundiários, dos sem-terra e dos indígenas. Está aí por que a tarefa democrática de realizar a reforma agrária fracassou sob a condução do Estado e por que permite aos porta-vozes do capital se oporem ao

movimento dos sem-terra com o argumento de que triunfou a agroindústria sobre o velho latifúndio, incorporando o campo à tecnologia e a alta produtividade.

Na realidade, ampliou-se a industrialização no campo sem contudo superar a estrutura geral do passado que combina formas arcaicas da produção familiar, incluindo a de subsistência, portanto, pré-capitalistas, com as mais modernas formas de produção capitalista. Conservam-se as contradições anteriores e criam-se novas. A classe camponesa persiste, e, com ela, a pobreza e miséria, e avança o proletariado agrícola. A distribuição regional desse movimento econômico não alterou, senão em grau, os desequilíbrios que marcam a formação histórica do Brasil. O Sul e Sudeste mantêm a gigantesca centralização industrial e o restante do País, o atraso. O avanço da agroindústria no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, via de regra, expressa a penetração do grande capital concentrado no Sul e Sudeste. Entrelaçado ao grande capital nacional, a agroindústria e o agronegócio multinacional vêm tomando a frente desse processo de incorporação das regiões em atraso. Trata-se do capital imperialista, saqueador e opressor da nação semicolonial.

Não somente a classe operária sofre a dupla opressão do capital interno e do externo, mas também os camponeses. As madeiras que desmatam vertiginosamente servem ao mercado internacional com produtos extintos nas potências e ao mercado interno com o carvão. Os assassinatos no campo são de responsabilidade deste ou daquele latifundiário, ou deste ou daquele empresário do agronegócio, mas nem por isso deixam de ser responsabilidade geral da classe capitalista e de seu Estado. Não por acaso reina a impunidade dos criminosos.

É sintomático, portanto, que no mesmo instante em que se modificava o Código Florestal para ajustar os interesses da agroindústria e dos latifundiários, os madeireiros cumpriam suas ameaças de tirar do seu caminho José Cláudio e Maria do Espírito Santo. O parecer do deputado do PCdoB, Aldo Rebelo, pela mudança do Código e a emenda substitutiva do PMDB 164 que anistiam os desmatadores e dão maiores poderes aos estados da Federação para decidir sobre a questão se apoiaram no argumento de que se tratava de regularizar a situação de todos os proprietários, mas particularmente aos pequenos e médios infratores. Igualou-se o latifúndio ao minifúndio, a agroindústria ao agrofamiliar. Não se tratou de simples impropriedade do relator e dos partidos que votaram quase que por unanimidade o parecer do novo Código, a não ser o PSOL e o PV. A emenda 164 escancarou o que o governo do PT procurou não clarear, ou seja, que a reformulação do Código atende aos

interesses dos latifundiários, da agroindústria e do agronegócio.

O Congresso Nacional parecia ter se transformado em órgão legislativo dos pequenos e médios agricultores. Os deputados estavam ali para protegê-los e para isso não podiam deixar também de proteger os capitalistas do agro. O líder do PCdoB inverteu a ordem dos fatos e dos interesses, de forma que se transformou em líder da bancada ruralista. Enquanto isso, os desmatadores passaram à ofensiva e as madeireiras mandavam matar José Cláudio e Maria. Todos vão lamentar a perda de vidas, vão exaltar que isso não é mais compatível com a democracia e que a justiça deva ser feita. Mas nenhuma falsificação da realidade da luta de classes no campo irá suprimir a instantaneidade da anistia aos capitalistas e do assassinato de dois ativistas defensores da economia camponesa. Nenhuma mentira política irá apagar o fato de que o Congresso aprovou a violação do Código elaborado pelo próprio Estado, facilitando a progressão anárquica do capitalismo no campo. Nenhuma impostura social ocultará que o Parlamento é um instrumento legislativo dos latifundiários, da agroindústria e do agronegócio. E nenhuma demagogia democrática eliminará o acontecimento de que enquanto em Brasília se discutiam os interesses do grande capital, na floresta amazônica do Pará, assassinos de aluguel decidiam traiçoeiramente a morte de dois pobres extrativistas.

Desgraçadamente, a maioria dos sindicatos, das Centrais e o MST estão comprometidos com o governo que ajudaram a eleger. Não se colocaram à altura de responder à ofensiva dos capitalistas do agro e de defender o pequeno e médio camponês. Ficaram paralisados diante da campanha burguesa, cuja figura eminente nada mais era senão o estalinista Aldo Rebelo do PCdoB. Ninguém pode prestar melhor serviço à burguesia que um falso comunista, que por isso mesmo se curva nada mais nada menos que perante o agronegócio e àqueles que assassinam camponeses.

A tarefa que correspondia era a de convocar um congresso de operários e camponeses para uma ação unitária contra

os interesses dos exploradores e predadores dos bens naturais que deveriam pertencer à humanidade. Um congresso que responsabilizasse a burguesia latifundiária e agroindustrial pelo saque das terras, florestas, rios e da fauna. Um congresso que aprovasse um programa de defesa do homem e da natureza, cujas existências estão entrelaçadas. Portanto, um programa de expropriação da grande propriedade e nacionalização das terras, de acesso aos camponeses pobres a todas as condições de produção planejada. Enfim, um programa de aliança operária e camponesa, destinado a enfrentar a classe capitalista centralizada pelo Estado, de defesa das reivindicações da maioria oprimida, de organização das massas em organismos próprios, de estabelecimento da autodefesa contra a violência capitalista e de luta pela conquista do poder político pela via revolucionária.

O fato da classe operária não ter o seu partido impossibilitou travar um combate à ofensiva agrolatifundiária. Não para se limitar a leis e para servir de pressão às disputas interburguesas, das quais fazem parte os tais dos ambientalistas, ONGs, etc, mas para pôr em ação entre os explorados o programa de expropriação da grande propriedade e sua transformação em propriedade social, coletiva, socialista. Para responder prontamente e com capacidade de luta aos assassinatos, como os de José Cláudio e Maria do Espírito Santo. Para convocar um Tribunal Popular, formado por representantes eleitos na classe operária e na classe camponesa, bem como entre a classe média urbana arruinada, que seja capaz de apurar os assassinatos de trabalhadores e punir os responsáveis.

Viva José Cláudio e Maria do Espírito Santo! Viva Dinho!

Morte ao Código Florestal dos latifundiários, agroindustriais e do agronegócio!

Por um programa de expropriação da grande propriedade agrária, sem indenização e pela nacionalização das terras, sob o controle de comitês agrários. Pela aliança operária e camponesa, que impulsione a revolução social e imponha à burguesia a ditadura de classe do proletariado.

Latifundiários e madeireiros assassinam camponeses

Não se pode calar diante da violência desfechada sobre os camponeses. Sem nenhum constrangimento, madeireiros e latifundiários mandam executar os que denunciam os crimes de desmatamento e de apropriação de terras na região norte do país. O ato criminoso que arrancou a vida de 5 camponeses, em uma semana, testemunha a impunidade dos assassinos e o papel podre da Justiça e dos governantes.

José Cláudio Ribeiro da Silva e sua companheira Maria do Espírito Santo estavam marcados para morrer. Viviam em Nova Ipixuna (Pará), lideravam o Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranhreira e lutavam contra o desmatamento promovido pelas madeireiras. Numa recente entrevista, José Cláudio dizia: “estou aqui conversando com vocês, daqui um mês podem saber a notícia que eu desapareci.

Me pergunta: tem medo? Tenho, sou ser humano, mas o meu medo não me cala. Enquanto eu tiver força pra andar eu estarei denunciando aquele que prejudica a floresta”. (...) “eu denuncio os madeireiros, eu denuncio os carvoeiros e, por isso, eles acham que eu não posso existir”. Esse depoimento, gravado em novembro de 2010 em um encontro sobre a preservação da floresta amazônica, mostra a fragilidade do movimento camponês diante da ofensiva dos donos da terra e da floresta. Com as mortes já anunciadas, era uma questão de tempo para a execução. No dia 24 de maio, cercados em uma ponte por pistoleiros, José Cláudio teve as orelhas cortadas e junto com sua companheira foram executados.

O jovem camponês Erenilton Pereira dos Santos, que viu os jagunços fugirem de moto após o assassinato, teve o mesmo

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

destino. Poucos dias depois do assassinato do casal de seringalistas, a testemunha do crime foi executada. O corpo foi encontrado pelos moradores do assentamento.

Mas a ousadia dos latifundiários e madeireiros não parou. No dia 27 de maio, arrancaram a vida de Adelino Ramos, que também estava jurado de morte. Em junho de 2010, o camponês denunciou as ameaças que sofria ao ouvidor agrário nacional, Gercino da Silva. Nada foi feito. Adelino era alvo dos latifundiários desde o massacre de Corumbiará em 1995. Morava no Assentamento Agroflorestal Curuquetê (local entre o Amazonas, Acre e Rondônia). Os pistoleiros emboscaram o

“Minha casa, Minha vida”, manchada por violência e morte

No dia 18 de maio, por meio da ação violenta da tropa de choque, 1600 trabalhadores foram despejados de Nova Esperança, em Aracruz (Espírito Santo). Em meio às bombas de gás e as balas de borracha, os moradores foram arrancados. As motos escovadeiras e os tratores executaram a derrubada das casas com todos os pertencentes.

O prefeito do PT, Ademar Devéns, ordenou a retirada das famílias e a polícia executou. O objetivo era usar a área para a construção da obra *Minha Casa, Minha Vida*, programa do governo Dilma.

A resistência dos moradores não foi suficiente para impe-

camponês, quando vendia as verduras produzidas no acampamento no município de Vista Alegre do Abunã (Rondônia). Sua companheira é testemunha do crime e, certamente, alvo dos assassinos.

Na noite de 1 de junho, foi a vez de Marcos Gomes da Silva, camponês de Eldorado dos Carajás. Marcos foi encontrado baleado na beira da estrada. Ainda com vida, foi colocado em um carro para ser socorrido, mas o carro que o transportava foi obrigado a parar para retirar as estacas do meio da estrada. Foram surpreendidos pelos pistoleiros encapuzados, que ordenaram que voltassem. Marcos foi em seguida assassinado.

dir o despejo. A violência foi tão grande que causou o enfarto da cozinheira Santa da Silva Peçanha. Para erguer *Minha casa, Minha vida*, foi preciso expulsar 1600 trabalhadores da área e desfechar tamanha brutalidade.

Esse é um empreendimento governamental que certamente favorecerá as construtoras e uma camada pequena da população que tem condições de se endividar com os financiamentos bancários. Os 1600 moradores de Nova Esperança perderam suas casas, seus objetos e estão alijados do programa governamental de moradia.

Quinto assassinato em uma semana

O assentado Marcos Gomes da Silva foi fuzilado por pistoleiros em frente de sua mulher e de mais dois camponeses. Os assassinos escondiam a face criminosa com capuzes. Os fazendeiros mandantes certamente andavam em algum lugar do Pará com os rostos a vista, iluminados pela luz da tarde.

A latifundiária, senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Kátia Abreu, culpa os camponeses por suas mortes e considera os assassinatos crimes comuns. Acusa o governo de dar publicidade aos crimes como se estivessem ligados ao conflito ambiental, em razão da derrota na votação do Código Florestal. A latifundiária e representante do agronegócio justifica a matança como consequência das “invasões de terra”. Atribui a responsabilidade ao governo de não agir com a polícia para pôr fim ao movimento de ocupação. Relata que a “CNA já pediu ao Ministério Público um plano de combate às invasões de terra para conter a violência no campo, mas nada foi feito.”

Que plano seria esse, se os camponeses já vivem acoitados de um lado pela polícia e de outro pelos fazendeiros com seus jagunços? A violência no campo contra os camponeses não se deve às ocupações, mas à grande propriedade agrária e ao agronegócio.

Os executivos, o parlamento e o judiciário são instituições da burguesia, não poderiam deixar de expressar os interesses da velha oligarquia agrária e da nova que vem se constituindo com a agroindústria e o agronegócio. Ocorre que não se tem como abolir o movimento camponês pura e simplesmente por uma decisão de Estado. Trata-se do choque entre a classe camponesa que luta pela pequena propriedade e a fração capitalista latifundiária que necessita da concentração de terras. Em

regiões denominadas fronteiras agrícolas, como as do Norte, particularmente, nos estados do Pará e Rondônia, os conflitos se mostram mais agudos.

Os ruralistas do parlamento, tendo à frente representantes como Kátia Abreu (DEN) e Moreira Mendes (PPS), defendem o direito dos latifundiários assassinares camponeses, em proteção à propriedade privada. O melhor seria se Ministério da Justiça aplicasse um plano eficaz de violência policial e judicial. Já que não tem sido do modo como querem os capitalistas da agricultura, então se justifica o modo próprio dos ricos fazendeiros de contratar matadores e, por ventura, se descobertos comprar a justiça.

É assim que os latifundiários defendem seus interesses. E é assim que funciona a lei. Se o Estado não tem como acabar com as ocupações de terra pela via da criminalização, ao menos tem como fechar os olhos para os crimes dos latifundiários. Se para cada assassinato estivessem na cadeia os mandantes e os matadores, certamente haveria um grande choque entre as frações burguesas que controlam o Estado. Choque esse que expressaria a disposição da fração majoritária da classe capitalista de realizar alguma reforma agrária. Mas não há e não haverá esse choque.

O PT surgiu como um partido que poderia encabeçar reformas democráticas – entre elas a reforma agrária –, mas concluiu prostrado diante do grande capital. A razão está em que não se pode dirigir o Estado burguês sem a burguesia; não se pode governar contra o poder econômico. Para fazer as reformas, o PT necessitava de uma fração da classe dominante que estivesse disposta, em razão de seus próprios interesses, a apoiá-lo. Porém, uma vez no poder com Lula e agora com Dilma,

o PT teve de se curvar diante da realidade: a burguesia brasileira, profundamente entrelaçada ao imperialismo e assentada na grande propriedade dos meios de produção, é quem em última instância dita a política e não o contrário.

Sob Lula ocorreram os assassinatos e recrudescer a criminalização do movimento camponês. Agora, o mesmo se passa com a sua sucessora. Os pobres do campo estão diante do **terror burguês** na forma da pistolagem. Enquanto o movimento dos sem-terra se mantiver passivo diante da violência do latifúndio, não haverá progresso em suas conquistas. É imprescindível organizar os **COMITÊS AGRÁRIOS DE AUTODEFESA**. E romper o isolamento entre a classe operária e os camponeses. Não se pode dar um passo significativo contra as armas dos latifundiários e a repressão estatal sem que se estabeleça a **ALIANÇA OPERÁRIA E CAMPONESA**.

Vivam na luta camponesa os mortos pelas armas do lati-



fúndio!

Honremos **José Cláudio Ribeiro, Maria do Espírito Santo, Adelino Ramos, Eremilton dos Santos e Marcos Gomes da Silva** abatidos pelas armas dos latifundiários, grileiros, madeireiros, agronegociantes e agroindustriais. Honremos os camponeses barbaramente assassinados por pistoleiros contratados pelos capitalistas.

Lutemos pela vitória dos pobres do campo sobre os latifúndios e o agronegócio com o programa da classe operária

de expropriação sem indenização da grande propriedade, sem indenização, nacionalização da terra, livre acesso dos camponeses às terras nacionalizadas, medidas econômico-financeiras para a produção agrícola planejada e punição dos crimes da burguesia por meio de um Tribunal Popular. Pela aliança operário-camponesa para derubar o poder burguês e estabelecer o GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS, que expresse a DITADURA DO PROLETARIADO.

Direito à auto-defesa

Os assassinatos de José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo da Silva e Adelino Ramos, reconhecidos líderes camponeses, suscitou a questão da violência no campo e de como respondê-la. A repercussão das mortes expôs o “clima de terror” dentro do assentamento Praia Alta-Piranheira, ao qual pertencia o casal José e Maria. E trouxe à lembrança a matança de Corumbiara, do qual escapara com vida Adelino Ramos. O fio de sangue camponês das últimas décadas se estendeu na memória nacional. Dois notórios casos são o do seringueiro Chico Mendes e o do massacre de Eldorado dos Carajás, com 19 mortos, em 1996.

A Comissão Pastoral da Terra, contabiliza centenas de assassinatos desde os anos 80. Há uma lista de 1.813 líderes marcados para morrer. José, Maria e Adelino contam como baixa nesse número do terror. Outros logo serão listados. O governo de Dilma decidiu dar proteção policial a 30 agricultores e ambientalistas, depois aumentou para 165 nomes, considerados casos de urgência. Quanto aos 1.648 restantes, devem contar com sua própria sorte. Imagine se o Estado tem condições de garantir a vida de todos! E quantos mais entrarão na lista de sangue?

Dilma correu a convocar uma reunião ministerial para ver o que fazer diante dos assassinatos que ocorreram bem no momento em que o agronegócio, os latifundiários e os fazendeiros derrubavam o Código Florestal que pendia sobre seus domínios desmatados até a beira dos rios. A idéia original era de estabelecer na região conflagrada uma Área de Limitação Administrativa Provisória (Alap), que finalmente não passou de criação de um grupo de trabalho, a ser coordenado por Gilberto Carvalho, secretário-geral da Presidência.

Certamente, ponderou-se que poderia ser considerado como intervenção federal sobre os estados que respondem pelo tal do “polígono da violência”, localizado nos estados do Pará e de Rondônia. Não faltam queixas do governo federal sobre a inépcia dos governos estaduais diante da magnitude do conflito. Mas as acusações são mútuas, típicas do jogo burguês. O fato é que o “polígono da violência” está espalhado por toda a

federação. Nem Alap, nem proteção a alguns líderes porão fim ao terror dos fazendeiros, grileiros, madeireiros, carvoeiros, etc. A razão está em que se trata da luta de classe no campo, da qual fazem parte os camponeses extrativistas que vivem da floresta amazônica.

Há uma pressão do imperialismo sobre o Estado brasileiro para que contenha a fúria do desmatamento, que dá lugar a pastagens, gigantescas plantações de commodities (soja, etc.), extração de madeiras nativas e mineração. Ambientalistas pagos por ONGs com dinheiro das potências se encarregam de fazer o barulho da conservação do ecossistema. Muitos líderes de assentamentos amazônicos professam o ambientalismo, uma forma de garantirem às famílias camponesas uma renda de subsistência. Se as madeiras devastam a vegetação, perdem a coleta das castanhas, do látex e outros. Como se vê, os interesses dos camponeses que vivem da floresta não são os mesmos do ambientalismo imperialista, que expressam a produção e comércio das commodities metropolitanos.

Caso o ambientalismo se reduzisse a ativistas de ONGs, era mais difícil submeter o governo federal a uma diretiva externa e a contrabalançar as pressões internas do capital que penetra no campo e do velho agronegócio que explora a extração de madeira. Não por acaso, José Cláudio comparece como ocupante do lugar deixado por Chico Mendes.

Os fazendeiros, os madeireiros e comerciantes reclamam que o ambientalismo forâneo prejudica suas atividades e à economia do Brasil. Essa foi a tônica que justificou a revogação do Código Florestal de 1965, que na prática já havia sido mandado às calendas. O ambientalismo pró-imperialista se vale da situação concreta dos camponeses que se socorrem dos recursos da floresta. E os empresários do agronegócio se chocam com o preservacionismo vital dos camponeses. Não vão se levantar contra o governo federal que segue a linha do ambientalismo forâneo, mas vão aterrorizar os assentados, perseguir as lideranças e matá-las quando resistem além da conta.

Os governos estaduais dependem das oligarquias locais, ou fecham os olhos para a violência capitalista contra os campo-

neses ou a apóiam com algum disfarce democrático. Poucos dias depois da execução de José e Maria, a Polícia Federal e os fiscais do Ibama baixaram em Praia Alta-Piranheira e constatarem o desmatamento e a comercialização ilegal da madeira. Deparam com uma centena de fornos e postos de retirada da madeira. Informaram que apreenderam tratores, destruíram fornos clandestinos e aplicaram multas.

Depois dos assassinatos, vêm algumas medidas para inglês ver. O desmatamento, os fornos, as serrarias, os madeireiros e os comerciantes implicavam grande movimentação. Nenhum dos poderes da União vai tocar nos empresários que violam a reserva e mandam matar aqueles que atravessam o seu caminho.

O coordenador da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) descreveu assim a situação Praia Alta-Piranheira: “As famílias do assentamento estão apavoradas e nem dormem mais direito. Quando aparece alguém de carro ou motocicleta na comunidade, elas pensam logo que se trata de pistoleiros armados para matar.” O terror é um meio dos exploradores curvarem os camponeses. Mas não o único. Os fornos, tudo indica, pertenciam a assentados. As autoridades federais prometeram abrir um processo de responsabilidade para retirá-los do programa nacional de reforma agrária. Ocorre que um contingente de assentados foi atraído pelas madeiras, que lhes ofereceram uma renda um pouco melhor que a obtida pelo extrativismo. Esse foi um motivo que desintegrou a unidade das famílias camponesas no assentamento Praia Alta-Piranheira.

Há depoimentos que mostram a luta de José e Maria para convencer os assentados de que estavam embarcando no imediatismo. Cortando-se as castanheiras, acabava-se com a fonte perene de existência. Em seguida, os madeireiros os enxotariam das terras. E tudo estaria perdido. Mas o argumento lógico e verdadeiro não era mais forte que a pobreza e o impulso de ganhar mais. Ambas, pobreza e impulso, são frutos das relações capitalistas de produção que se embrenharam no seio da cerrada floresta.

Os assassinatos de camponeses expressam a luta de classes no campo. O terror capitalista, nessas áreas, se faz via de regra por meio de pistoleiros contratados. Na ouvidoria do Pará e de Rondônia, constam 170 mortos e 70 inquéritos de assassinato, sendo que somente 10% foram esclarecidos. É sintomático que 216 assassinatos permanecem na sombra da Justiça. Os mandantes dos crimes são poderosos e os mortos não passam de pobres lutando pela sobrevivência. Não há governo que os proteja. A corda arrebenta do lado mais fraco. Essa constatação é por demais evidente. O que deve ser evidenciado é que o terror capitalista contra os camponeses é um reflexo da divisão de classes, da grande propriedade dos meios de produção capitalista e da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada.

Os camponeses em conflito contra latifundiários, fazendeiros e agronegócio não têm como se defender das armas do capital. As lamentações do governo, as ameaças de intervenção, as investigações policiais e as batidas de fiscais do Ibama servem para acobertar a raiz da violência de classe de grupos econômicos e quando muito disciplinar a carniceira ousadia dos criminosos.

Os camponeses só têm uma saída: organizar no movimento a autodefesa. Os comitês agrários devem ser a base dessa organização. Armados contra a investida bestial do capital, podem responder ao terror dos capitalistas. A bandeira de direito à autodefesa deve ser levantada pelo movimento camponês e o movimento operário tem o dever de lutar por ela. Não basta a denúncia sobre a impunidade e a criminalização dos movimentos sociais – é preciso uma ação incisiva contra os próximos ataques dos capitalistas.

Constituir um Tribunal Popular

A classe operária e os camponeses se acham em grande atraso político e organizativo para responder prontamente ao terror latifundiário e do agronegócio. A impunidade dos crimes da burguesia não se deve à falta de ação da polícia e da Justiça. Essas instituições de repressão e de penalização jamais protegerão os pobres e oprimidos, ainda mais se forem vítimas da luta de classes. A impunidade se deve à não organização independente e revolucionária da classe operária e dos camponeses.

Os explorados constituem a mais poderosa força da sociedade, mas se acham enfraquecidos e sem capacidade de resistência devido ao controle exercido pela burocracia sindical e pelas direções reformistas e pró-governamentais. Havia a esperança de que com chegada do PT ao poder do Estado, com a eleição de Lula, a reforma agrária aconteceria e a prepotência da oligarquia agrária se reduziria. Pura ilusão! Ilusão que tem custado caro ao movimento camponês.

Com realismo de classe capitalista, os governos petistas servem aos interesses do conjunto da burguesia e, particularmente, aos da agroindústria e do agronegócio. Está aí por que diante de quatro assassinatos em poucos dias a presidente Dilma não mostrou vigor político. Nenhuma medida séria foi tomada contra os madeireiros que fazem seus negócios à luz do dia e à noite planejam a morte dos camponeses adversários. A CPT faz um bom trabalho de estatística dos assassinatos e de sua denúncia. Não faltam entidades para essa tarefa. Mas todos depositam a solução no Estado burguês. Levam os camponeses ao pacifismo e à passividade diante das armas dos nada pacíficos latifundiários.

A AUTODEFESA ARMADA, por meio de COMITÊS AGRÁRIOS, é a condição para enfrentar a sanha assassina dos poderosos e a impunidade garantida pelo Estado. E frente aos crimes que acabam de ser praticados no Pará e Rondônia, bem como das centenas de casos encobertos, cabe à classe operária e os camponeses se unirem na constituição de um TRIBUNAL POPULAR.

Os comitês agrários darão confiança aos camponeses em luta pela terra e pela fonte de existência. O fato de ter como se defender do terror capitalista possibilita a coesão social e a compreensão de que estão mergulhados na cruenta luta de classes. O tribunal popular permite aos explorados tomarem em suas mãos os crimes dos capitalistas. Liberta-os da dependência da Justiça burguesa, que jamais estará a seu favor.

Punição aos assassinos dos camponeses e aos seus mandantes!

Constituir os comitês agrários de auto-defesa!
Convocar um Tribunal Popular!

Posição do Partido Operário Revolucionário sobre a reforma do Código Florestal

Divisão interburguesa em torno do desmatamento e da conservação ambiental

Os capitalistas da agropecuária e do agronegócio passaram por cima do Código Florestal. Consequentemente, ampliou-se o desmatamento em áreas protegidas por lei federal. De todos os problemas do País, os deputados estão envolvidos com o projeto que modifica o Código. Armou-se um campo de batalha no Congresso entre os que querem passar uma borracha no desmatamento do passado e os que admitem mudanças, desde que não se configure uma anistia ampla e irrestrita aos desmatadores.

As sucessivas votações adiadas no Congresso indicam a dificuldade de se chegar a um acordo que regularize o desmatamento já realizado e se estabeleçam metas de recuperação, bem como que flexibilize as normas sobre as Áreas de Conservação e as Áreas de Proteção Permanente (APPs). Assistimos a uma troca de acusações a cada tentativa de conciliação. Ocorre que fazendeiros, agroindustriais, parlamentares e governo têm de solucionar um conflito no seio do próprio capital.

Nem bem ficou claro que haverá uma vitória dos latifundiários e do agronegócio, as madeiras fizeram um estrago em 594 quilômetros quadrados na floresta amazônica. Aldo Rebelo responsabilizou “falta de fiscalização”. O fato é que não se expropria sem indenização nenhum dos contraventores. A propriedade privada é inviolável para o governo e toda corja burguesa do parlamento e do judiciário. Enquanto assim for, não haverá lei que impeça o avanço desordenado e predador das atividades econômicas do capitalismo.

As massas camponesas, a classe operária e a pequena burguesia urbana quando muito vêem pelo noticiário ora canções de ninar, ora acusações e bate-bocas entre os tais desenvolvimentistas e os preservacionistas. A imprensa controlada pela burguesia não permite que todas as posições existentes na sociedade se pronunciem. Armam-se discussões de cartas marcadas, como se se estivesse estabelecendo um quadro democrático de participação da população. Manipulam as posições no âmbito da grande propriedade fundiária, dos negócios e dos interesses ditados pela agroindústria.

O circo montado em torno do parecer do deputado aldo rebelo (PCdoB)

Com as pressões internacionais sobre os países de economia atrasada e semicoloniais para conter o avanço da produção agrária em terras ainda virgens, cobertas por vegetação nativa e regadas por rios, o governo Lula levantou a bandeira ecológica da proteção ambiental e editou, em junho de 2008, o decreto 6.514 que impõe multa aos infratores do Código Florestal. Em cento e oitenta dias, os fazendeiros e agroindustriais, bem como pequenos e médios produtores, teriam de regularizar a situação, iniciando a recuperação da vegetação e delimitando suas atividades às regras de proteção dos rios.

Lula adiou o seu cumprimento sob exigência dos partidos, que têm no Congresso uma expressiva bancada de ruralistas,

formada por deputados e senadores de quase todas as agremiações. Em junho deste ano, vencerá a prorrogação sem que os agroindustriais tenham cumprido o decreto. Está aí o alvo-roço para se modificar o Código Florestal.

O deputado Aldo Rebelo, antigo militante estalinista do PCdoB, foi encarregado de assumir a causa dos ruralistas, juntamente com a senadora do direitista DEM e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Kátia Abreu, o deputado Moreira Mendes (PPS-RO), presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, e com o deputado ruralista Moacir Micheletto (PMDB-PR), ex-relator do projeto de mudança do Código Florestal. A meta dos arautos da reforma não se limita a evitar as punições, acusadas de criminalizar os agricultores, mas também de facultar maior liberdade de expansão da agroindústria.

Os ambientalistas que servem às campanhas internacionais, como o Partido Verde e em certo sentido também o PSOL, comparecem como opositores que admitem concessões até certo ponto. Aldo Rebelo foi acusado, pelos mais radicais, de pular para o lado da agroindústria, servindo aos interesses do grande capital que penetra no campo. Em resposta, acusou os defensores do Código Florestal de estarem a serviço das potências que protegem a sua agricultura. Detalhou que há muitas ONGs ambientalistas financiadas pelos estrangeiros – não ouvimos de sua boca a palavra imperialista.

Assim, o conflito foi caracterizado de divergências entre desmatadores e preservacionistas. Demonstraremos que ambas as posições falseiam os reais problemas estruturais da terra e da economia agrária.

Eis alguns dos argumentos do representante do PCdoB: 1. Defesa da agricultura nacional em oposição aos interesses forâneos; 2. Utilização indevida do ambientalismo contra os interesses nacionais; 3. Errônea contraposição entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Eis os de vários ambientalistas: 1. A agroindústria é responsável pela devastação; 2. A preservação do ecossistema favorecerá o desenvolvimento sustentável; 3. O Brasil tem terra mais do que suficiente já em uso ou pronta para tal sem que haja necessidade de desmatar. 4. A anistia àqueles que desrespeitaram a lei é um aceno para continuar a fazê-lo.

Voltaremos a esses argumentos. Antes vejamos alguns pontos do conflito. O Código Florestal foi aprovado em 1965, sob o regime militar. Os ruralistas reclamam, e Aldo Rebelo lhes serve de caixa de ressonância, de que inúmeras mudanças foram feitas posteriormente, já no período democrático, pelo Executivo. Mudanças que tornaram a legislação inaplicável. Por exemplo, zonas do Cerrado somente foram incluídas como reserva legal a partir de 1989. O desmatamento dessa vegetação para o plantio de soja tem sido gigantesco. Depois da Amazônia, o Cerrado é classificado como mais importante bioma, de suas entranhas nascem grandes bacias hidrográficas. São dados que servem aos ambientalistas e ONGs mantidas por governos e grupos estrangeiros.

O relatório do parlamentar pecedobista, em contrapartida,

calcula que “90% do universo de 5,2 milhões de propriedades rurais no país” estão na ilegalidade. Logo, o problema abrange do pequeno agricultor ao grande capitalista. Há estimativas de que há uma área da reserva legal e de proteção permanente entre 850 mil a 961 mil Km² que foi desmatada. São dados que indicam a impossibilidade de recuperá-la. E não é intenção, na verdade, de fazê-lo. Aldo Rebelo argumenta que não é viável despendar fortunas com o reflorestamento. A violação das reservas legais e das áreas de preservação permanentes (APP) é um caminho sem volta – essa é a conclusão do relatório de Aldo Rebelo. Sendo assim, cabe passar uma borracha no passado e encarar o futuro com algumas mudanças para que os capitalistas do agro não precisem continuar com a violação.

No governo, não existe consenso. O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, está com os ruralistas e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, é mais ou menos contra. Desde o momento em que todos se puseram de acordo que o Código Florestal deve ser mudado, as negociações acabaram por dar primazia ao parecer de Aldo Rebelo favorável ao Projeto de Lei 1.876, de 1999. Certamente, com os devidos reparos. Caso não se consiga votar a tempo, o governo já acenou com mais um adiamento da aplicação da penalidade do decreto 6.514. A disposição da ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, é resolver logo a pendência. Pelo visto, o fundamental da exigência dos capitalistas do agro será atendido.

Aldo Rebelo se esforçou em comprovar que a mudança no Código Florestal é boa para muitos pequenos e médios proprietários, de várias regiões do País. Nos debates, dramatizou a situação dos menores que teriam suas lavouras e parcas economias inviabilizadas. Para concretizar seu parecer, propõe liberar as propriedades de até 4 módulos fiscais do critério de reserva legal. O módulo é uma medida de área que varia segundo a região, assim vai de 20 a 400 hectares. Em estados já desmatados e de alto desenvolvimento econômico 4 módulos liberados pode ser muito, segundo a posição da ministra do Meio Ambiente (“Se o projeto extinguir reserva legal nessas áreas, vão se formar grandes polígonos sem proteção, exatamente nas áreas que foram expostas a sucessivos desmatamentos, comprometendo as reservas de recursos hídricos”) (O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2010)

A ministra, ao que parece, já abandonou esse ponto de vista e admite os casos de desmatamentos anteriores à lei de 1996, que passou a exigir 80% de reserva legal nas áreas de floresta da Amazônia. Ponto a ponto, governo e ruralistas vão fazendo as contas e se aproximam. Tendo um projeto de base comum, torna-se viável votar as diferenças. Os ambientalistas, hipócritas e politiqueiros, já cumpriram sua função de polemizadores e ficarão como coadjuvantes. Grande parte deles, sem dúvida, está a serviço dos interesses da burguesia agrícola da Europa e dos Estados Unidos, que financiam as ONGs para semearem sua política imperialista nas semicolônias.

A penetração capitalista no campo não pode ser planejada

Ocorre que as transformações na economia agrária do Brasil nas últimas décadas se deram com a penetração do grande capital no campo e com ele o capital multinacional.

Aldo Rebelo quer aparecer como a Madre de Calcutá para os pequenos e pobres desmatadores, no entanto protege poderosas companhias agroindustriais. O estalinista histórico se banha do nacionalismo para livrar o grande capital da aplicação do Código Florestal. Não distingue os interesses nacionais dos interesses imperialistas, ao não distinguir setores da burguesia agrária das multinacionais. E não distingue o grande capital agrário da propriedade camponesa. Todos estariam sendo prejudicados pelo Código Florestal. Portanto, seriam todos beneficiados. Os pequenos e médios (4 módulos) teriam alguma vantagem a mais.

Mas o fato é que não existe tal Código, uma vez que foi completamente desrespeitado. Na verdade, pretende-se mudá-lo para que o governo não tente fazer valer aquilo que já ficou para trás. Ocorre que não há Código que breque a penetração do capital onde dê lucro. Não faltaram chamados para que as ONGs ambientalistas fossem defender nos Estados Unidos e na Europa o reflorestamento. Não o farão, certamente. Embora seja real o avanço do capital sobre o Cerrado, as florestas amazônicas, o Pantanal, etc., o ambientalismo serve tão-somente às disputas interburguesas.

É líquido e certo que as multinacionais da agroindústria norte-americanas e européias que desnacionalizam as terras brasileiras não estão preocupadas com o preservacionismo. Se a soja tem bom mercado, vão produzi-la onde aprouver. Lembremos a história dos transgênicos. Por um breve tempo, se digladiou em torno de seus perigos. Lula acabou dando ordens para a ministra Marina da Silva parar de aporrinhar e liberar as multinacionais. Assim foi. O grande capital impera no final das divergências.

Um argumento de Aldo Rebelo: “O que se discute é que o mundo precisará de mais de 1 bilhão de hectares para a agricultura em 2030. As únicas áreas disponíveis no mundo se encontram no Brasil, na América Latina e na África.” Basta deduzir: logo o capital terá substancial mercado de commodities e forçará o caminho onde as terras e recursos naturais estiverem à disposição. Não há como proteger a natureza contra a exploração do capital. A razão está em que não pode proteger o próprio homem.

A economia deve continuar se expandindo, mas não necessariamente sob a forma do capital e da anarquia da produção. Chegamos ao ponto. Tanto Aldo Rebelo, que não passa de uma peça para a causa dos ruralistas e da agroindústria, quanto os ambientalistas, que expressam interesses estranhos, estão a serviço do capitalismo, mais precisamente do grande capital. Seja no caso dos protectionistas ou das multinacionais norte-americanas, francesas, etc.

O desentendimento burguês sobre o Código Florestal traz à tona a estrutura agrária do Brasil continental. Eis os problemas fundamentais e as tarefas para enfrentá-los:

1. **A grande propriedade terra passou a contar com a agroindústria, que avançou sobre as antigas relações de produção latifundiárias.**

2. **A estrutura latifundiária do passado não foi substituída integralmente pelas modernas formas capitalistas de produção, sendo que nas regiões economicamente mais atrasadas mantém o peso dos métodos arcaicos;**

3. **A pequena e média propriedade continua entrelaçada à**

grande, dela depende e por ela é explorada.

4. Uma massa de camponês pobre sobrevive na miséria em milhões de minifúndios, cuja área total é exígua perante a área concentrada pela grande propriedade do antigo latifúndio e da moderna agroindústria.

5. Um considerável contingente de camponeses sem-terra não foi proletarizado, sobrevive à míngua à espera de reconquistar um pedaço do solo ou se assalarar.

6. As multinacionais do agro, da exploração de minérios e financistas internacionais aumentam seus interesses pelas terras brasileiras e provocam a desnacionalização do solo.

7. Com o aumento do consumo mundial de alimentos e matérias primas, o Brasil vem se projetando como produtor e exportador de commodities, de forma que o grande capital penetra vorazmente em todas as regiões do País.

Essas relações de propriedade, de produção e de classes sociais estão por baixo e por cima do Código Florestal. Não há governo que possa fazer valer uma lei disciplinadora da anarquia social da produção capitalista. A continuidade do avanço da produção agrária de forma ordenada, voltada a penalizar o mínimo possível os recursos naturais e munida de meios para repor perdas (reflorestamento, técnica de plantio, etc.) depende de mudanças estruturais a começar pelas relações de propriedade. *As terras devem deixar de ser utilizadas como forma de capital, por meio da expropriação da burguesia. Uma vez que estejam estatizadas e nacionalizadas, colocadas sob o controle da classe operária e dos camponeses, serão passíveis de planejamento.*

A defesa da natureza e do homem depende não de um Código Florestal, manejado pela classe burguesa e sujeito à anarquia da produção capitalista, mas sim de uma produção racionalizada como parte de uma economia geral planejadas, ou seja, socializada. Essa tarefa não tem como ser assumida por nenhuma fração da classe exploradora. Trata-se de uma transformação que a classe operária, unida à maioria nacional

oprimida, irá realizar por meio da revolução proletária. Sob a essa condição, ocorrerá uma revolução agrária.

As condições históricas estão dadas para mudanças estruturais. A burguesia nacional se constituiu como classe entrelaçada ao imperialismo. Não tomará nenhuma medida que fira os interesses das multinacionais. Ao contrário, a classe operária, constituída e concentrada pela grande indústria, tem como lutar por um programa de transformação. A classe de camponeses pobres continua ameaçada pela penetração da agroindústria. *A bandeira de expropriação sem indenização o capital agroindustrial estrangeiro e seus sócios brasileiros está colocada.*

Há pouco o governo estabeleceu alguns limites à desnacionalização das terras, mas sabemos que não passam de panos quentes. A tarefa de arrancar a propriedade latifundiária das mãos da velha oligarquia assume nova forma e conteúdo: *trata-se de combinar a transformação da propriedade privada da terra em propriedade estatal com a expropriação da indústria de transformação agrária, cujo conteúdo é democrático, antiimperialista e socialista. A revolução agrária, assim, é parte da revolução proletária.*

O Programa de Transição da IV Internacional estabelece que nos países semicoloniais as tarefas democráticas pendentes não resolvidas pela burguesia nativa passaram para as mãos da classe operária, que, em aliança com a classe camponesa, lutará pelo poder. Essa diretriz aplica-se nas particularidades do Brasil.

Abaixo o preservacionismo burguês e pequeno-burguês!

Expropriar sem indenização a propriedade latifundiária!

Nacionalizar as terras, colocando-as sob o controle de um governo operário e camponês!

Estabelecer a economia planificada!

Recuperar a natureza destruída pela exploração caótica do capitalismo!

Salário mínimo e Código Florestal

Duas votações no Congresso Nacional testaram a aliança partidária que sustenta o governo de Dilma Rousseff: a que reajustou o salário mínimo e que modificou o Código Florestal. No primeiro caso, o governo obteve imensa maioria e no segundo perdeu por imensa maioria. É bom entender os dois acontecimentos, embora a evidência salte aos olhos.

Dilma não deixou de negociar com a CUT e Força Sindical, que pleiteavam R\$ 580. Mas tratou seus aliados com certa frieza e distância, o que deixou os burocratas chateados. O PSDB na oposição fez demagogia com o valor de R\$ 600, utilizando uma promessa de campanha eleitoral de José Serra. Bastou que parlamentares da base aliada, principalmente do PDT, PSB e PCdoB, mostrassem uma inclinação pelos R\$ 580 para que o governo os ameaçasse em cortes de cargo e privilégios. Foi o suficiente para se recolherem. A vitória de Dilma no Congresso foi saudada pela burguesia como sinal de um governo forte. O certo é que o Parlamento se postou como defensor dos interesses da classe capitalista em geral.

A reforma do Código Florestal há tempo corria no Congresso. Tratava-se de uma condição para evitar que o Estado aplicasse multas e sanções aos desmatadores, pequenos, mé-

dios e grandes. Estima-se que 90% dos proprietários violaram as regras ambientais do Código. Em julho vence o adiamento dado por Lula aos desmatadores para que regularizassem a situação. Ninguém ia cumprir. A maneira de eliminar o problema era reconhecer o que já estava feito. Assim, se anistiaríamos todos os proprietários, indistintamente e se flexibilizaria a lei ambiental. As negociações correram sem considerar o peso da responsabilidade dos grandes e pequenos proprietários, da agricultura capitalista e da familiar. Dilma estava disposta a fazer concessões, mas não ao ponto de se identificar com os grandes desmatadores. Conclusão: o PT e o governo foram vilipendiados com o substitutivo 164 patrocinado pelo PMDB. O PCdoB que não tem peso nenhum no Congresso foi a estrela dos latifundiários e de toda oligarquia que puseram Aldo Rebelo nas nuvens.

No caso do salário mínimo não se pôde disfarçar que o Congresso Nacional é um instrumento da classe capitalista contra os assalariados. No caso do Código Florestal procurou se disfarçar de defensor dos camponeses, dos pequenos e médios proprietários, do trabalho familiar voltado a produzir alimentos. Na realidade, a votação maciça em favor do substi-

tutivo relatado por Aldo Rebelo, com escassos votos contrários do PSOL e PV, indicou a capitulação do PT e do governo, bem como a adesão do PCdoB à causa da agroindústria e latifundiários, que espera algum reconhecimento dos pequenos agricultores que no bolo foram salvos. Geralmente, o Congresso vive às moscas e aos discursos da inutilidade. Na votação do Código, ferveu em vida política mostrando o quanto expressa o Brasil oligárquico.

Início de crise política no governo do PT/PMDB/Dilma

Nem bem a presidente Dilma Rousseff foi elogiada nos 100 dias de governo, eclodiu a crise com o vazamento de informações sobre o meteórico enriquecimento do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. Os petistas acuados pelo escândalo acusaram o PSDB de São Paulo e o prefeito Kassab de terem arranjado um jeitinho de chegar à imprensa dados sobre os negócios de Palocci, que indicam tráfico de influência.

Eis a questão: como é que o ministro conseguiu a façanha de transformar R\$ 375 mil, declarados em 2006, em um escritório no valor de R\$ 882 mil e em um apartamento de R\$ 6,6 milhões. Esses números foram o ponto de partida para a oposição PSDB/DEM gritarem “pega ladrão”! Como alguém pode multiplicar por 20 seu patrimônio em apenas 4 anos? O PSDB e DEM acharam uma mina de ouro para explorar.

Os petistas foram surpreendidos pela rapidez como se abriu um foco de crise política, quando o governo dançava, nos seus 100 dias, a valsa de Strauss. A oposição debilitada com a derrota de Serra, com a divisão do DEM e com o PSDB atravessando disputas internas encontrou bem rapidinho um pedacinho do calcanhar do novo governo petipeemedebista a descoberto, fácil de ser cravado pelos dentes dos Agripinos e dos Magalhães Netos.

As cornetas da imprensa gritaram “o pega ladrão” e a fanfarra oposicionista do Congresso entrou em regência. O álbi de Palocci é simples – é dono de uma empresa de consultoria econômica, chamada Projetos, que funcionou até 2010. Suas atividades foram encerradas no momento em que o seu dono se tornou novamente ministro e que tudo tinha sido exposto na Comissão de Ética, que avalia a conduta dos pretendentes a altos cargos públicos.

Para representantes da Comissão de ética, é normal que em 4 anos alguém possa sair de R\$ 375 mil para R\$ 7,482 milhões, afinal de contas os consultores de gabarito ganham rios de dinheiro. O Lula, por exemplo, logo terá a sua multiplicação dos pães em 20 vezes ou mais, graças às palestras proferidas para multinacionais, que lhe pagam R\$ 200 mil, R\$ 600 mil por duas horas de discurso.

Palocci, que foi ministro da Fazenda de Lula, se transformou em grande conhecedor do mundo dos negócios e os poderosos grupos correram atrás da Projetos. E Lula que foi presidente do Palocci e de todos os brasileiros – como sempre gostou de dizer – também se tornou grande conhecedor do mundo dos negócios. Um foi bancário, virou sindicalista, de-

As organizações camponesas, como o MST, mostraram-se mudas. Assistiram ao espetáculo de proteção ao agronegócio e de hipocrisia capitalista perante o pequeno e médio camponês. Nenhuma tentativa foi feita para mobilizar as massas exploradas contra o parlamento oligárquico. O mesmo se passou na votação do salário mínimo. O caminho era trabalhar por um **Congresso de Operários e Camponeses, que levantasse um plano de reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade.**

pois prefeito, deputado e ascendeu ao poderoso ministério da Fazenda. Lula o queria candidato a Presidência por ter conseguido a façanha de aplicar o neoliberalismo sem manchar a reputação do governo perante os explorados e por ter estabelecido sólidas pontes com o empresariado, mas acabou sendo afastado do cargo sob acusação de corrupção. O digníssimo Supremo Tribunal de Justiça o absolveu das acusações, depois de um arrastado processo. O homem voltou forte ao governo com a vitória de Dilma, da qual foi um dos articuladores junto aos capitalistas que financiam as campanhas.

Não foi difícil para o PSDB e o DEM saberem que o homem forte de Dilma era um alvo fácil de atacar. Os bons serviços que prestou a Lula e a guarida que recebeu do Presidente da República lhe valeram bons negócios. Em sua defesa, Palocci argumentou que não fez senão o que muitos outros ministros e presidentes do Banco Central fizeram, citando vários nomes e casos. Isso é verdade. A utilização de conhecimentos sobre o Estado, os empresários e os figurões da burocracia se torna um patrimônio que pode ser vendido a preço de ouro.

Lula também pode ser colocado na lista dos que têm o direito burguês de ganhar dinheiro por esse meio. Afinal, deixou de ser o operário metalúrgico para ser o Presidente do Brasil. Na esfera dos interesses da burguesia, o tráfico de influência e a corrupção inerente tanto podem ser considerados legítimos como ilegítimos, legais ou ilegais. A diferença de ponto-de-vista depende da disputa interburguesa.

Caso se abrisse o sigilo bancário de todos os parlamentares, dos ministros, governadores e prefeitos, certamente o susto dos brasileiros assalariados seria do tamanho do território nacional. A casta que governa o País, portanto, que garante a exploração do trabalho e a existência da grande propriedade dos meios de produção, portanto, que perpetua a pobreza e a miséria da maioria, é uma casta completamente parasitária. Quem quer que seja que passe a fazer parte dessa casta se torna parasita. Nem Lula, nem Fernando H. Cardoso e nem Palocci vão servir à burguesia por amor à causa do capitalismo. Colocam-se na condição de serviçais pelo dinheiro, assim escapam da vida assalariada.

Lula foi o operário que se vendeu, fazendo carreira na política burguesa. Mas para isso montou e cavalgou no lombo suado da classe operária. Palocci vem da pequena burguesia, também usou o sindicalismo para se projetar – teve uma breve passagem pela esquerda, que lhe deve ter servido de aprendizado para combatê-la. Fernando H. Cardoso também vem da pequena burguesia, aproveitou seus dotes acadêmi-

cos em favor da contestação do regime militar. Chegou à Presidência pelo PSDB, uma cisão do antigo MDB. Caso abrisse suas contas e dos seus mais próximos, poderia dar o exemplo de ética. Mas não o fará nunca.

A oposição que ataca o sideral enriquecimento de Palocci sabe que a casta dos governantes e a própria burguesia não exigirão que todos abram suas contas ao País, para assim poderem lançar a primeira pedra da ética. A verdade é que sob o céu da política burguesa, ou seja, do Estado, movimentam-se quadrilhas de assaltantes do Tesouro, em todas as esferas da administração. Como se vê Palocci não violou nenhuma ética, uma vez que seguiu a norma do enriquecei-vos se puderdes e o quanto puderdes. Se o ministro da Casa Civil viesse a público exigir que todos abrissem suas contas bancárias e seus patrimônios e que os submetessem ao crivo do povo, faria uma defesa impecável de seu direito de vender informações. Mas não pode fazê-lo, porque romperia com todos os parasitas, que o comeriam em carne viva, como faziam os antropófagos.

As denúncias contra Palocci não são o motivo para o desenvolvimento de uma crise política. A oposição não terá como criar um segundo processo do tipo mensalão, que chegou a colocar o fim do primeiro mandato de Lula. O fundamental do fato está no enfraquecimento futuro do governo de Dilma. A base aliada que o sustenta é completamente fisiológica. O PSDB e DEM precisam cindi-la. O PMDB é uma coluna ao lado do PT, a dita esquerda (PSB, PDT e PCdoB) é o esteio e a direita (PSC etc), o piso.

Dois fatos mostraram a fragilidade do governo: 1) o PMDB liderou uma cisão na base governista apresentando a emenda 164 ao Código Florestal, de forma que se uniu com a oposição e derrotou a posição do Planalto; 2) a bancada evangélica e a católica usaram a sessão de aprovação da reforma do Código para exigir a suspensão da cartilha antihomofóbica, aprovada pelo ministério da Educação.

As ameaças dos evangélicos de apoiar o PSDB e DEM na campanha contra Palocci foram descaradas. Dilma correu a atender os obscurantistas, cuja podridão deveria ser exposta à população, abrindo-lhes as contas bancárias. Antony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro e chefe dos evangélicos, é bem conhecido por suas falcatuas e malandragens. É desses partidos e dessas gentes que a gestão de Dilma depende.

A situação econômica instável e essa horda empurram o governo petista para a direita. O imperialismo acha que Dilma poderá atender as expectativas do grande capital. Essa avaliação é um seguro contra as investidas desestabilizadoras dirigidas pela oposição. A decisão de privatizar os aeroportos e a liberação da construção da usina de Belo Monte foi um aceno de Dilma para os investidores internos e externos. Quem esperava uma gestão estatizante deveria estar frustrado. É o caso das esquerdas petistas que insistem no autoengano e na enganação.

O PMDB, de fato, ganhou mais força nesta aliança do que nas anteriores com Lula. É bom para os peemedebistas que o núcleo central do governo enfraqueça. A queda de Palocci não será apenas uma vitória da oposição. O PMDB dela se valerá para se potenciar na máquina estatal. Os impasses e

divisões no PSDB e DEM e o enfraquecimento do PT jogam igualmente a favor do fortalecimento do PMDB. Essa é a disputa que se trava no interior do Estado. A crise econômica a dinamizará sob a esteira da crise política.

O problema para os partidos da burguesia está em como manter a estatização dos sindicatos e o controle que o lulismo conseguiu imprimir ao MST. As greves nesse pouco tempo de novo governo mostram que há uma tendência instintiva de luta. A alta de custo de vida é sentida pela maioria assalariada. As reivindicações econômicas poderão ganhar maior amplitude no próximo período. A burocracia sindical atua em forma de prensa sobre a classe operária. É o que fazem a CUT e Força Sindical. As duas frações da burocracia determinam o que se passa em geral com os sindicatos.

A burocracia reformista da CUT avançou para a direita com sua integração no governo de Lula e passou a ocupar um leito comum com a Força Sindical. Dilma conta com esses dois outros pilares, mas está impossibilitada de prestigiá-los concedendo migalhas. A divergência em torno do reajuste do salário mínimo evidenciou a posição inflexível do governo petista. O que foi motivo de aplausos por parte da classe capitalista.

A burocracia servil não quer perder espaço na máquina de Estado e aceita comodamente fazer o que Dilma quer. Essa integração se deu sobre a base de uma situação econômica favorável e, portanto, de grande refluxo do movimento operário, camponês e popular. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento, concatenados com o Banco Central, têm na gaveta planos antipopulares, como uma nova reforma da Previdência. A linha de privatização, de incentivos ao grande capital e de ataque a conquistas do trabalho já estão evidentes. A burocracia terá de se chocar com as necessidades das massas, mantendo o apoio ao governo burguês.

As crises políticas no seio do governo interessam aos explorados na medida em que resultam em ataques às suas condições de existência, em manobras dos partidos burgueses para manter as massas sob seu domínio e em possibilidade dos oprimidos saírem em luta por suas reivindicações. Nesse sentido, destacam-se os seguintes pontos:

1. Campanha por um plano de reivindicações que proteja os assalariados, os camponeses pobres e a juventude oprimida;
2. Defesa de um Tribunal Popular para apurar e punir os crimes da burguesia;
3. Propaganda para que todos os componentes do Legislativo, Judiciário e Executivos tenham seus sigilos bancários quebrados e sua evolução patrimonial avaliada;
4. Que todas as medidas de proteção à corrupção sejam extintas;
5. Fim de todas as privatizações e reestatização sem indenização das empresas privatizadas;
6. Controle da educação inteiramente por quem trabalha e estuda;
7. Fim da ingerência das igrejas no sistema educacional;
8. Convocação de um Congresso de Operários, camponeses, classe média urbana pobre e juventude oprimida para tomar medidas contra a destruição da natureza pela exploração anárquica do capitalismo.

Burocracia sindical vendida

A direção da CUT, da Força Sindical e dos sindicatos metalúrgicos do ABC e de São Paulo foi lambe as mãos da Fiesp. Depois de tanta bordoadas dos empresários e da Federação das Indústrias aos trabalhadores, da miséria salarial imposta, da eliminação de direitos e da brutal exploração do trabalho, os dirigentes sindicais se tornaram moleques de recado para exigir do governo Dilma a instalação de uma Câmara Brasileira da Indústria. Quanto servilismo!

Os capitalistas do setor automotivo, máquinas, construção e têxteis encabeçam o documento aprovado na reunião “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”, contendo as lamúrias do ramo industrial. Entre elas, os juros altos, aumento das importações chinesas e a sobrevalorização do Real. Os lambedores de mão aproveitaram a situação para reivindicar um fórum tripartite entre empresários, governo e sindicalistas.

Os burocratas sindicais logo se enfrontaram na defesa da Câmara Brasileira da Indústria. O objetivo é o de traçar soluções para as indústrias nacionais diante de uma crise econômica que é mundial. Os demagogos procuram acobertar a submissão usando o discurso de que, ajudando os empresários, estariam mantendo os empregos. Mais ainda: dizem que é preciso ampliar os “empregos de qualidade”. Vejam ao ponto que chegam os vendidos!

O presidente da CUT, Artur Henrique, diz que “a luta de classes não acabou, mas que é preciso olhar para frente”. O significado disso é um só: capitulação descarada. Enquanto existir o sistema capitalista, o conflito entre capital e trabalho continuará. Na fase atual de decomposição do capitalismo, a tendência é de agravamento do choque entre os donos dos meios de produção e a classe operária (força de trabalho). As manifestações de decomposição do sistema econômico estão nas contradições entre a potencialidade das forças produtivas e a propriedade privada monopolista. Daí nascem e proliferam as crises econômicas, como essa que assola na Europa. O “olhar para frente” é a expressão da política de não

enfrentamento com o capital e de desorganização da luta dos explorados contra os exploradores. Em um sistema assentado na exploração do trabalho, é incompatível a conciliação entre duas classes antagônicas, porque a existência do lucro e da ganância depende da extração da mais-valia. O que quer o Sr. Artur é que a classe operária se mantenha submissa aos interesses do patronato.

Outro burocrata da CUT, Vagner Freitas, secretário de finanças, resolveu fazer apologia do “Diálogo”. Disse que “devemos aproveitar este momento de crescimento econômico do país e de ampliação da democracia dos últimos oito anos para promovermos ações de um projeto de desenvolvimento consistente e com distribuição de renda”. Está aí o verdadeiro papel de um capacho. Não enxerga a crise econômica mundial, cai nas ladainhas dos capitalistas, vive nas nuvens exaltando a democracia do governo Lula/Dilma e passa de bobo ao falar para os empresários em distribuição de renda. O discurso de Vagner se deu no dia em que os latifundiários assassinavam lideranças camponesas e ameaçavam centenas de lutadores pela terra. No momento em que o PT vota em favor do Código Florestal (elaborado pelo estalinista Aldo Rebelo) para beneficiar a burguesia rural. E no momento que os capitalistas da usina de Jirau demitiram 2 mil operários. Vagner Freitas e outros tantos burocratas têm de ser arrancados da central e dos sindicatos pela força coletiva da luta de classes.

A classe operária vive um processo de amortecimento. Está despolitizada. Sobre ela impera a política da burocracia sindical. O combate à estatização e burocratização dos sindicatos e da central é uma tarefa que implica a construção da fração revolucionária nos locais de trabalho. A cisão da CUT pela Conlutas/PSTU enfraqueceu o já débil trabalho de combate aos burocratas vendidos e capituladores. Derrotar a burocracia e retomar os sindicatos e a central para a luta de classes é fundamental para emancipar a classe operária da política burguesa.

O interesse da Fiesp pela CUT

A Folha de São Paulo de 26 de maio publicou o artigo “Um acordo pela indústria brasileira”, assinado pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Artur Henrique presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Paulo Pereira da Silva da Força Sindical (FS). Constitui um manifesto de colaboração entre o capital e o trabalho, ou mais precisamente, entre a burguesia industrial e a burocracia sindical.

Em síntese, comunicam que estabeleceram um acordo de “diálogo contínuo”, cujo título é “O Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”. O motivo dessa iniciativa se deve ao tema da desindustrialização. O manifesto mostra que “a participação da indústria de transformação no PIB passou de 27% em meados dos anos 80 para 16% atualmente. Assinala a “reprimarização” da pauta de exportação”, “a substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados” e “a expressiva queda do conteúdo nacional na produção”.

Deixa no ar as consequências, consideradas ainda “impre-

visíveis”. Mas se refere à perda de emprego na indústria. Essa conclusão se encontra na passagem: “A produção e a exportação de commodities agrícolas e minerais, apesar do grande aumento recente, não geram emprego e renda suficientes”. “Mesmo o setor de serviços, tão importantes para a economia, tem parte significativa de seu dinamismo derivado da indústria.”

A idéia do Brasil do Diálogo é de que os empresários da indústria não podem perder capacidade para os setores primário (agricultura de exportação) e terciário (serviços). E os operários representados pela burocracia da CUT e FS têm interesse em manter os empregos. Segundo o que se dá a entender no manifesto é que as importações em excesso de produtos e insumos e a queda nas exportações de manufaturados têm diminuído o peso da indústria no PIB, enquanto que a agricultura voltada para a exportação (commodities) e os serviços vêm ganhado terreno.

O que a classe operária tem a ver com o fortalecimento de um setor da economia capitalista em relação a outro? Segundo

o manifesto, o emprego. Assim caberia à CUT e à FS apoiar os interesses da fração industrial em detrimento das demais. Mas como diz o manifesto tanto a agricultura de exportação quanto os serviços são importantes. Ou melhor, importantes para a acumulação de capital. O que se pretende não é diminuir o papel do setor primário e terciário, mas defender a indústria como carro chefe da economia capitalista.

Em tom de nacionalismo para tontos, o manifesto exorta: “A previsão de que em 30 ou 40 anos o Brasil será a quarta economia do mundo apenas se sustenta com o restabelecimento do papel da indústria e com o adensamento de suas cadeias produtivas.” Conclusão: “Este é o momento para que atores desse processo – trabalhadores, empresários e o governo – formem um grande consenso acerca da política industrial nos rumos da economia.”

A CUT e FS são sustentáculos do governo burguês de Dilma. A burocracia que as dirige está tão enfronhada nos partidos da burguesia que passaram a ter influência no parlamento, principalmente quando se trata de disputas interburguesas. A fração industrial se acha debilitada para impor ao governo medidas a seu favor, sob o rótulo de política industrial.

Os desequilíbrios provocados pela crise mundial de 2008 vêm se projetando agora no Brasil de forma estrutural. O Real supervalorizado, a carga tributária, as taxas de juros e o superávit primário fazem pender a balança da indústria para o negativo, enquanto que a agroindústria de commodities e os serviços ganham terreno. O que a Fiesp quer da CUT e da FS é que servam para pressionar o governo. Com essa aliança, os industriais e exportadores se apresentarão com mais capacidade política frente aos agroexportadores, banqueiros e congêneres. A burocracia servil está pronta para prestar-lhe esse benefício. As organizações da classe operária são colocadas a serviço de uma das frações capitalistas.

Mas essa posição não seria boa para se defender os empregos? Afinal, não é certo o argumento dos empresários que as importações de produtos aqui produzidos cria emprego lá fora e diminui os nossos? Não é certo também que existe uma concorrência desfavorável às manufatura brasileiras? E que o custo de produção mais elevado no Brasil não favorece a importação? Tudo isso acontece na economia capitalista, que funciona sobre a base de contradições e de anarquia.

Se se perguntar para o operário francês se as importações

de produtos mais baratos do Brasil não lhe tirariam o emprego, dirá que sim. A burguesia norte-americana reclama do governo chinês de manter a sua moeda desvalorizada e assim exportar muito e importar relativamente pouco, o que resulta em desemprego nos Estados Unidos e emprego na China. A Fiesp não tem dito a mesma coisa? A Argentina não reclama que as vantagens das exportações brasileiras estão debilitando a economia nacional e que menos empregos os argentinos têm?

As burguesias de cada país ou fração delas usam a classe operária para se defender dos seus concorrentes. O nacionalismo industrial é tipo de épocas de esgotamento dos mercados, de crise de superprodução, de protecionismo e de guerra comercial. A Fiesp não está preocupada com os empregos, mas sim com a proteção do capital industrial. Diariamente se demite e se admite. Nas condições de baixa econômica, mais se demite. E mesmo em tempos de crescimento o desemprego continua alto, como a atual taxa oficial de 8%. O desemprego é inerente ao capitalismo. Quanto maior o exército de desempregados, mais desvalorizada será a força de trabalho. Basta ver que em meados de 80, quando a indústria detinha 27% do PIB, o desemprego era alto.

A burocracia sindical se tornou um apêndice da política burguesa. No caso da CUT e Força, por dirigirem sindicatos do proletariado industrial, funciona como correia de transmissão dos interesses particulares dessa fração capitalista. Quantas vezes não saíram em campanha pela redução da taxa Selic, por subsídios à indústria e pela tal da política industrial? Mas quanto às reivindicações da classe operária nada! Absolutamente, nada!

É necessário rechaçar a submissão da CUT e FS à Fiesp. Exigir que rompam com o “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”. A luta pelo emprego não se subordina a nenhum dos negócios, interesses ou conflitos da burguesia. A reivindicação da classe operária é empregos a todos por meio da implantação da **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**. Se o câmbio está desequilibrado e o comércio exterior golpeia a economia interna, a medida é **NACIONALIZAR O COMÉRCIO EXTERIOR**.

Denunciamos o nacionalismo industrial reacionário: *pela unidade da classe operária mundial em defesa dos salários e dos empregos; unidade da classe operária pela destruição do capitalismo e pelo socialismo.*

Trabalhadores mostram disposição de luta

A massiva greve dos condutores e cobradores do ABC

A greve, que atingiu a Grande São Paulo e a capital, iniciou na quarta-feira (1/6) e foi suspensa depois de dois dias. Exigia a manutenção do emprego dos cobradores, 15% de reajuste, isonomia salarial entre os condutores (motoristas de ônibus e de microônibus), aumento de 15% do tíquete e PLR.

Os trabalhadores criticaram o acordo feito entre o Sindicato de São Paulo (filiado a Nova Central) e o prefeito Kassab, que elimina o posto de trabalho de cobrador. E denunciaram os empresários do transporte de pretenderem fazer o mesmo no ABC.

Nem bem começou a greve, o patronato apresentou uma vergonhosa proposta de 7,8% de reposição, 10% sobre os tíque-

tes e 12% sobre a PLR. O que significa um reajuste menor que a inflação, que certamente está ultrapassando os 8%. Em relação aos cobradores, ofereceram uma bonificação aos motoristas que conduzem o ônibus sem cobrador. Portanto, uma manobra para dividir a greve. Uma gratificação em troca do emprego dos cobradores. Querem que os motoristas trabalhem mais, aumentando suas funções, e se contentem com a bonificação.

A direção do sindicato, que é filiado à CUT, defendeu a aceitação da proposta da patronal. Mas os grevistas a rejeitaram. Sem o apoio da assembleia, restou aos dirigentes marcar nova assembleia para o dia seguinte, após a reunião de “conciliação”. A juíza reafirmou os 7,8% de reajuste e exigiu o cumprimento da lei de greve. Ou seja, 80% da frota de ônibus

funcionando e multa diária ao sindicato.

A manobra dos burocratas do sindicato era evidente. Primeiro, defendeu a proposta dos empresários para pôr fim à greve. Depois, deu entrevista na TV pela suspensão da greve na assembleia de sexta. Por fim, acatou a decisão da juíza, que penalizava o sindicato com as multas.

Com essa conduta, a continuidade da greve dependia de um forte combate à burocracia do sindicato. A experiência grevista indica a necessidade de constituir uma nova direção, capaz de defender consequentemente as reivindicações, o método de luta e enfrentar as leis antigreve impostas pelo governo e pelos patrões.

A greve dos operários da CSN

Os trabalhadores da mina Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) decidiram pela greve. Rejeitaram a proposta patronal de 7,8% de reajuste salarial. Exigem 15%, ou seja, 8,7% de aumento real mais a inflação. Reivindicam R\$ 450 de cartão alimentação e R\$ 130 no kit escolar.

Os dirigentes sindicais denunciam que a CSN obteve em 2010 um faturamento de 14 bilhões de reais e se nega a repor as perdas salariais. E que a greve foi a única saída para enfrentar a intransigência da empresa. A revolta dos operários contra a superexploração do trabalho fez com que votassem a greve por tempo indeterminado. O salário médio está em cerca de 2 mínimos do governo, R\$1.200. Uma miséria diante do enorme faturamento. Os 15% de reajuste significam cerca de 2% do faturamento líquido da mineradora.

A CSN recorreu à Justiça para acionar a lei antigreve. A vi-

tória dos operários dependerá do fortalecimento da greve, dos bloqueios e das manifestações de rua. Todo apoio aos operários da mineradora.

Operários da Volks do Paraná continuam em greve

São trinta dias em greve. Os mais de três mil operários da Volks de São José dos Pinhais (PR) rejeitaram a proposta patronal, que oferecia 5,2 mil a cada trabalhador como primeira parcela do PLR e a segunda seria decidida juntamente com as fábricas de São Paulo. Segundo a direção do sindicato metalúrgico, o que impediu o fim do movimento foi a exigência de 7 dias de trabalho adicionais e mais 10 dias em 2012, para a produção.

Na realidade, a montadora não aceita a reivindicação dos grevistas de R\$ 12 mil de PLR, sendo R\$ 6 mil na primeira parcela e sem elevar as metas de produção. Essa conversa dos patrões de recuperar a produção já está virando regra. Os operários do Paraná vêm resistindo. Não querem que ocorra o que está se passando no ABC e em Taubaté, que já ocorreram 15 dias extras.

Superar a PLR, lutando pelo aumento de salário

O isolamento dos operários da montadora do Paraná é o maior obstáculo para a vitória. Mesmo assim têm mostrado disposição de continuar lutando por suas reivindicações. É preciso entender que a PLR é uma forma encontrada pelos patrões e pela burocracia sindical de evitar o aumento dos salários. Esse desvio deve ser superado, reivindicando que a PLR seja incorporada nos salários, de forma a garantir todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Alagoas

Maior de luta contra o Governo de Teotônio Vilela Filho / PSDB

O mês de maio foi marcado pela quebra da inércia dos trabalhadores em Alagoas, várias manifestações, greves e até ocupações foram realizadas pelo Movimento Unificado dos Servidores Públicos, composto por trabalhadores de educação, saúde, do setor público agrícola, policiais civis e militares e corpo de bombeiros agentes penitenciários e estudantes. As manifestações ocorreram inclusive no setor privado.

O governador Teotônio Vilela Filho / PSDB, que deu gargalhadas ao se referir às mobilizações e protestos dos trabalhadores, oferece um reajuste salarial de 7% aos servidores, enquanto os trabalhadores do setor público agrícola reivindicam 23%, os professores, policiais civis e outras categorias não aceitam a proposta do governo. Essas categorias iniciaram uma série de mobilizações que aconteceram durante todo o mês de maio e devem continuar por tempo indeterminado.

No dia 10, mais de 500 funcionários públicos, em maioria policiais militares e civis tentaram ocupar a Assembleia Legislativa para protestar contra o aumento de 108% nos salários dos parlamentares estaduais. Os manifestantes ocuparam a entrada da sede do governo de Alagoas, No dia seguinte à manifestação (11), o Corpo de Bombeiros entrou em greve o que ocasionou o fechamento do aeroporto de Maceió.

Dia 19, os servidores organizaram-se no centro da capital

de onde foram em marcha até a secretaria estadual de defesa social depois até Assembleia Legislativa. O protesto ganhou força e culminou na ocupação da Secretaria da Fazenda estadual e na ameaça dos servidores deflagrarem uma greve geral no estado. As aulas no maior complexo educacional do estado foram suspensas devido à paralisação dos trabalhadores da educação. Segundo o comando geral da PM dois homens quebraram as portas do Instituto de Identificação Militar, e arremessaram coquetéis molotov no interior do prédio.

No mesmo dia, um protesto dos servidores, organizado pelo sindicato dos trabalhadores do setor público agrícola e ambiental de Alagoas (SINDAGRO), fechou as portas da secretaria de agricultura do estado, os servidores cobram um reajuste de 23% nos salários congelados há 6 anos.

Sexta-feira dia 20, A Secretaria Estadual de Educação e Esporte foi fechada por cerca de 200 servidores estaduais, a manifestação, organizada pelo sindicato da categoria (SINTEAL), fechou as portas com correntes e cadeados e com piquete impediram a entrada de funcionários. As forças de repressão do governo burguês (BOPE) se organizaram e ocuparam diversos prédios públicos para evitar novas ações dos servidores grevistas.

Quarta-feira 25, assembleia geral decide prolongar a greve

dos trabalhadores estaduais da educação por mais 8 dias, sob ameaça de se construir a greve geral do funcionalismo público no estado.

Dia 26, completa 1 mês da greve da polícia civil. Enquanto o Sindicato dos Trabalhadores em Educação SINTEAL, anuncia que a adesão à greve na educação chega ao patamar de 95%, mais de quase 350 escolas sem aulas em todo o estado.

No mesmo dia os trabalhadores do setor privado também protestaram:

Operários e funcionários da Braskem realizam um protesto que fechou a porta da indústria reivindicando melhoria nas condições de segurança para os trabalhadores e para a população que mora no entorno da petroquímica. A manifestação ocorre depois que 2 acidentes que ocorreram só este mês deixando 5 feridos e mais 130 intoxicados.

O sindicatos dos bancários de Alagoas seguindo orientação da Contraf, mobilizou os funcionários do banco ITAÚ, paralisando as atividades nas agências do banco no estado por 2 horas. Os trabalhadores denunciam a exploração capitalista. Segundo eles, o banco estabelece metas abusivas, extrapolação da jornada de trabalho e assédio moral.

Dia 27

Manifestantes ocuparam, com queima de pneus, uma das principais avenidas da capital para protestar contra a apreensão de veículos de transporte complementar irregulares. A manifestação acabou em confronto com o BOPE que disparou bombas de efeito moral contra os manifestantes.

No centro da capital, centenas de estudantes fizeram uma manifestação contra o governador. O protesto foi organizado sem a participação dos sindicatos ou partido burgueses e mobilizado pelas chamadas redes sociais. A burocracia estadual ordenou reforço da segurança do palácio do governo durante o ato.

Nada podemos esperar da burguesia e de seu Estado!

A CUT, que participa do Movimento Unificado dos Servidores Públicos, fez questão de esclarecer que nada tem a ver

com a radicalização do movimento. O presidente da CUT em Alagoas, Isac Jacson, classificou de excesso a invasão da SEFAZ, e ressaltou que não é com confronto violento que os servidores conquistarão suas reivindicações. Demonstrando o papel de freio que joga, frente à luta dos trabalhadores, o reformismo sindical estatizado.

O governo e os parlamentares do estado temeram uma reedição do “17 de Julho”, manifestação espontânea dos servidores públicos e da população ocorrida em 1997, quando cerca de 15 mil pessoas cercaram Assembleia Legislativa exigindo a renúncia do então governador Divaldo Suruagy. O movimento naquele dia só foi freado pelo reformismo dos partidos burgueses.

A burocracia sindical, atrelada a governos burgueses, freia a luta tecendo ilusões de que as reivindicações dos trabalhadores podem ser atendidas pela justiça burguesa ou pela sensibilidade dos governantes. Ora, nada podemos esperar da burguesia e do Estado Burguês, a não ser a exploração e a repressão às lutas. A experiência dos trabalhadores em todo o mundo nos ensina que a luta é o caminho e a ação direta o método.

O Partido Operário Revolucionário manifesta total apoio à greve dos servidores públicos em Alagoas, reafirmando o método da ação direta como arma de luta da classe trabalhadora. O capitalismo promove o enriquecimento dos patrões e a exploração e miséria dos trabalhadores. O Estado burguês não passa de administrador dos negócios da burguesia.

Contra a exploração da burguesia e do seu Estado, contra a burocratização dos sindicatos!

Defendemos:

- Todo apoio à greve dos servidores públicos em Alagoas;
- Nenhuma ilusão nas eleições e nos governos burgueses;
- Independência da classe trabalhadora frente à burocracia sindical e ao Estado burguês;
- Contra o desemprego e a super-exploração dos trabalhadores: Escala móvel das horas de trabalho;
- Salário mínimo vital de R\$ 3.824,00.

Regional Rio Grande do Norte

O RN no centro da crise

A crise capitalista que explodiu em 2008 fez com que o então presidente Lula/PT direcionasse bilhões de recursos públicos para garantir o lucro das grandes empresas. A redução do IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados) diminuiu a arrecadação desses e consequentemente houve redução nas transferências para estados e municípios. Resultado: falência e caos na administração pública.

As consequências dos cortes orçamentários feitos pelo governo Dilma/PT e a retomada da inflação têm atingido estados e prefeituras, que justificam estarem impossibilitados de conceder melhorias nos serviços públicos ou reajuste ao funcionalismo. Dilma, que recebeu de braços abertos Rosalba/DEM (ex PFL-ARENA), tranquilizou os grandes empresários que os recursos para as obras da Copa 2014 no RN serão repassados e que suas empresas privadas serão contempladas no gerenciamento desse lucrativo negócio, mas não dispõe de recursos para ajudar o estado quebrado economicamente.

Para “salvar” o RN é preciso enxugar a máquina adminis-



Dilma/PT recebe rosalba/dem de braços abertos

trativa

O governo do DEM aplica medidas que não são diferentes do governo Dilma/PT/PMDB/PSB/PDT/PSB/PCdoB. Os cortes

foram brutais atingindo diretamente os servidores estaduais, o que concretizou um corte de salários em algumas categorias que perderam gratificações, demissões em massa, suspensão da grande maioria dos serviços prestados à população, fechamento de órgãos estaduais. O fechamento de hospitais e de escolas (previsão de 324) é o reflexo do caos instalado no estado. Rosalba já anunciou que o estado está falido e que se não conseguir recursos não terá dinheiro para pagar a folha de pagamento do funcionalismo a partir de setembro.

Em resposta, as categorias foram uma a uma deflagrando greves no estado, onde a educação foi o carro-chefe dessa luta. Hoje, o estado além da educação, conta com os policiais civis, os funcionários das indiretas (Emater, Detran, Fundação José Augusto, Junta Comercial, Idema,) além dos professores e técnicos administrativos da Universidade Estadual. Foi uma reação em cadeia dos trabalhadores contra a violência social do governo do DEM. A truculência do governo em se negar a receber as categorias em greve fez radicalizar ainda mais a luta. Na verdade, o governo do DEM não esperava uma resistência dos trabalhadores. A grande maioria da população tem apoiado a luta dos servidores. Estudantes estão indo às ruas constantemente protestar e declarar sua solidariedade à luta dos grevistas.

As reivindicações que parte das bases é uma só. A necessidade de ter reajuste salarial. No entanto, as bandeiras levantadas pelas direções dos sindicatos são limitadas, pois se apegam apenas a melhorias nos planos de cargos e carreiras. O que não contemplará de forma linear o funcionalismo.

Regional do Rio Grande do Norte - MANIFESTO

Derrotar o governo burguês de Rosalba Rosado (DEM) com a unidade grevista

A governadora aliada da oligarquia Maia (DEM) está espalhando para os quatro ventos a não existência de dinheiro para aumento dos salários dos funcionários públicos do Estado, devido ao governo anterior. Isso não é verdade!

A falência dos Estados atuais é resultado da crise mundial do capitalismo. A burguesia retirou dinheiro público e transferiu para os capitalistas que perderam com a jogatina especulativa. As dificuldades financeiras do Estado potiguar estão relacionadas com as dificuldades dos Estados europeus, com a falência dos Estados que está motivando as lutas populares no norte da África e Oriente Médio.

O governo federal do PT fez cortes no orçamento de 50 bilhões porque comprou o banco falido Nossa Caixa, enviou dinheiro para o FMI dividir com a oligarquia financeira, etc. e por isso não está repassando aos Estados o FPE (Fundo de Participação dos Estados), por exemplo. O Estado do RN ficou sem dinheiro, a exemplo do governo federal, porque subsidiou os empresários hoteleiros. O corte de 45% do orçamento da UERN não foi suficiente para a ex-governadora Wilma (PSB) afastar a crise do Estado.

Os trabalhadores não têm nada a ver com a entrega de dinheiro público aos capitalistas. Não fomos nós que especulamos nas bolsas de valores. As greves do funcionalismo estadual são por melhorias salariais e condições de trabalho. São os

A falta de unidade do movimento

As direções sindicais têm feito as lutas separadas. Grande parte dessas direções não acreditava nas greves. Entendiam que deveriam dar mais tempo ao governo. Os trabalhadores que foram contidos por oito anos do governo de Vilma, agora dão um basta e resolvem passar por cima de suas direções deflagrando greves. No entanto, a falta de unidade poderá levar a derrota.

O divisionismo no movimento implementado pelas centrais sindicais tem levado os trabalhadores a serem penalizados. Cada sindicato faz suas caminhadas, vão até a governadoria, tentam desgastar mais ainda o governo e só. A falta das plenárias de base das Centrais sindicais para dar unidade ao movimento, aprovação de uma pauta única de reivindicação fortaleceria a luta. A via de preparação de um desgaste eleitoral não se identifica com a reivindicação salarial do funcionalismo.

Defender os serviços públicos e a sobrevivência dos trabalhadores

A resposta a ser apontada deve caminhar para o enfrentamento direto com o governo. Ocupar as ruas, manifestações, acampamentos com unidade dos trabalhadores deve ser nossa saída.

- Defesa conjunta da pauta de reivindicação.
- Defesa do salário mínimo vital (em nossos cálculos 3.824,00).
- Emprego a todos.
- Pela garantia de todos os direitos já conquistados.

trabalhadores em educação (SINTE), da Polícia Civil, Detran, etc. O SINAI, das 13 categorias que representam, três estão em greve, mais três ameaçam entrar (Emparn, por exemplo) e, tudo indica, não está descartado a greve das 13 categorias. A PM está se mobilizando, a Saúde deve iniciar seu processo de luta, os médicos terão assembleia na quarta e os professores universitários do Estado na terça. A tendência é de greve geral do funcionalismo estadual.

Somente a unidade grevista dos trabalhadores poderá vencer a intransigência da governadora do DEM. A divisão e a luta corporativa levará à derrota de cada um dos movimentos. Nesse sentido, é importante exigir que a CUT, CTB e Conlutas convoquem uma plenária de base para discutir e unificar os movimentos grevistas no Estado. A divisão dos trabalhadores enfraquece sua força e ajuda aos governos da burguesia.

Derrotar o governo de Rosalba (DEM) através das passeatas, bloqueios de ruas e ocupações!

Unidade dos trabalhadores: Plenária de base convocada pela CUT, CTB e Conlutas para organizar a luta.

Atendimento imediato das reivindicações dos trabalhadores!

Greve geral do funcionalismo estadual: unidade grevista dos trabalhadores de luta!

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Unidade na luta! Greve já contra os ataques de Rosalba/DEM

O governo Rosalba Ciarlini/DEM está diante várias greves no estado, chegando hoje a 14 categorias em greve e ainda há indicativo de greve para os professores da UERN e auditores fiscais. Como vemos, a conjuntura nos aponta para uma greve geral dos servidores públicos do estado.

E aí perguntamos por que não estamos juntos nessa luta? Nossa situação é melhor que das demais categorias que já estão em greve? Por que o SINDSAÚDE não preparou a GREVE? No dia 29 de abril de 2011 houve uma assembléia geral do estado onde foi aprovado a pauta de reivindicações da campanha salarial de 2011. A **Corrente Proletária da Saúde** propôs uma parada na saúde para entregar as reivindicações à governadora e neste dia, já com a resposta, faríamos uma outra assembléia geral dos servidores, esta já com indicativo de greve e nos unificaríamos com as outras categorias que já estão em greve. Mas a direção do sindicato não foi a favor da proposta pelo fato de afirmar que está “empenhada” na organização do II Congresso Extraordinário do Sindsaúde/RN. Agindo assim, a direção do Sindsaúde secundariza a luta priorizando um congresso que teve como pauta a mudança do estatuto do sindicato que poderia ser feito em um outro momento.

A saúde está um caos. Hospitais e pronto-socorros pediátricos prestes a ser fechado a exemplo o hospital Maria Alice e Hospital Deoclécio. Os hospitais Regionais Alfredo Mesquita (em Macaíba) e Monsenhor Antônio (em São José do Mipibu), na realidade, todos os hospitais do estado e principalmente os de maior importância tais como o Walfredo Gurgel, Gizelda Trigueiro, Santa Catarina e o Deoclécio, que atende uma demanda maior de pacientes, estão todos sem material para o atendimento, sem a mínima condição de prestar um serviço adequado e também com déficit de funcionários.

A política do governo agora é de entregar aos municípios

os prontos socorros. Sabemos que os municípios sofrem também com o sucateamento da saúde, pois os Postos de Saúde da Família – PSF, Unidade de Pronto Atendimento - UPA estão funcionando precariamente já com falta de alguns serviços como a pediatria.

A dengue esse ano voltou com força total, chegando a mais de 5200 casos notificados.

A Corrente Proletária na Saúde defende um sistema de saúde público sobre o controle operário onde o estado assumira a total responsabilidade e financiamento da saúde pondo em prática a universalidade, o que o SUS não consegue pelo seu caráter privatista.

Ainda podemos falar da situação que se encontram os profissionais da saúde que hoje estão com um piso salarial de R\$ 510,00 menor que o salário mínimo de fome do governo Dilma. Estamos também com atraso de mudança de nível do PCCS, tivemos cortes na jornada especial, algumas profissionais perderam a insalubridade e quem tirou férias de outubro de 2010 a março de 2011 não recebeu o 1/3 de férias. Sofremos o desabastecimento nas unidades de saúde sem a mínima condição para se trabalhar e o governo se mantém indiferente a essa realidade.

A Corrente Proletária na Saúde chama a unidade do movimento, defendendo a greve geral dos servidores pois é assim que poderemos conquistar nossas reivindicações e defender os serviços públicos e a população dos ataques do governo Rosalba DEM.

Pela reorganização do Fórum Estadual dos Servidores para dar unidade. Que a assembléia delibere por entrar na luta junto com os demais servidores. Que aprovemos a greve diante dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho e da superexploração.

Balanço do II Congresso Extraordinário do SINDSAÚDE/RN

O II congresso Extraordinário do SINDSAÚDE/RN ocorreu em Caicó nos dias 20 e 21 de maio, com a pauta de reformulação do estatuto do sindicato. Estiveram presentes 300 delegados, mas segundo o estatuto era para ser cerca de 640 delegados, pois atualmente há cerca de 16.000 filiados no SINDSAÚDE e a retirada de delegados é na proporção de 1/25.

O congresso não priorizou a discussão das teses e não teve um momento antes do congresso para que os trabalhadores conhecessem as teses escritas. Portanto, o congresso foi marcado pela falta de discussão e pela festa extravagante de sexta-feira à noite onde os delegados foram presenteados pela direção do sindicato com um jantar com direito a banda ao vivo e cerveja franca para todos. A direção estava comemorando os 20 anos de luta do sindicato com direito a bolo de aniversário e torre de champagne para comemorar. Tudo pago pelos filiados. A receita do SINDSAÚDE é de R\$ 16.000 e agora sabemos onde foi gasto uma boa parte das contribuições individuais dos fi-

liados que deveria ser invertidas para a luta contra a opressão dos governos.

No dia seguinte, após a noite anterior, a programação do congresso foi atropelada. As discussões em grupo foram começar com 2 horas de atraso e durou apenas uma hora. Na plenária geral, não notamos nenhuma diferença frente às plenárias da burocracia sindical do PT/PCdoB, onde parece mais uma torcida organizada. A direção senta nas primeiras filas e na hora da aprovação das propostas se levantam e olham para trás indicando qual a proposta a ser votada pelos delegados. A despolitização do congresso foi tremenda, não importava qual era a proposta mais adequada para a conjuntura atual do sindicato, mas sim qual a proposta que a Sônia Godeiro/PSol defendia.

A direção do sindicato prioriza a mudança de estatuto em vez de estar com as outras categorias que estão em luta em todo o estado. O funcionalismo público está sob ataque, professores, polícia civil e os médicos já deflagraram greve e o SINDSAÚDE-

DE nesse período organizando uma festa na Ilha de Santana com o nome de II congresso Extraordinário, financiada pela base que está sob ataque direto do governo Rosalba/DEM

Quanto as teses

Foram escritas no congresso três teses de mudança do estatuto. A da direção do sindicato, a do PSTU e a nossa da Corrente Proletária na Saúde. No entanto, o congresso só discutiu apenas as duas primeiras teses do Psol e do PSTU excluindo a nossa tese, que nem foi para impressão no caderno de tese. Fomos os primeiros a entregar a tese no dia 10/05 e a coordenação do congresso devolveu com a justificativa de que não poderíamos apresentar tese por que éramos apenas suplentes, recorremos à coordenação no dia 16/05, que foi o último dia para a entrega das teses, e não tivemos nenhuma resposta ao recurso apresentado. A coordenação preferiu ignorar. Até mesmo a programação foi negada.

A coordenação usou de métodos estalinistas e antidemocráticos contra a nossa corrente política, pois não havia nenhum empecilho que justificasse a negação da inscrição e a não impressão de nossa tese no caderno de tese. A corrente proletária na Saúde é a favor da ampla democracia operária e esta foi totalmente violada neste congresso.

A CSP-Conlutas

No final do congresso a CSP-CONLUTAS entregou uma **Fortaleza-CE**

Direção do Sindiute (ligada ao PT) prepara golpe no nosso salário! Nada de incorporar as gratificações no vencimento base! Cumprimento imediato da Lei do Piso!

A Prefeitura do PT, depois de várias rodadas de negociações com a representação dos professores, enviou para a Câmara a Mensagem 019 (PL 175/2011) aplicando o piso de R\$ 1.187,00 no nível médio e simultaneamente achatando o interstício de 24,67% (do nível médio ao graduado) para 7,44%. Este ataque da prefeita Luizianne Lins e seu partido, inimigo dos explorados, não ficou sem resposta: os professores, depois de ocuparem o plenário da Câmara, mantiveram a greve e aumentaram a adesão. Isso obrigou a prefeitura a abrir rodadas de negociações, que foram encabeçadas pelo líder da prefeita, o traidor, Ronivaldo Maia.

A prefeitura tenta assustar a categoria com a ameaça de ilegalidade da greve, ao mesmo tempo que negocia migalhas para que a categoria abandone a luta pelo Piso (compra da licença prêmio, correção de distorções do PCCS, antecipação da progressão por tempo de serviço). Diante desse quadro, a direção do Sindiute, porém, já fala que é preciso apresentar uma proposta aos vereadores (sem levar em conta que para a categoria a única proposta é o cumprimento da lei!), fala da ameaça da repressão, de que a greve não deve se alongar muito e de que é preciso negociar com a incorporação da gratificação de reência de classe ao vencimento base! Companheiros,

nota de esclarecimento falando do não reconhecimento da OPOSIÇÃO CSP-CONLUTAS SINDSAÚDE que foi a **denominação da tese do PSTU**.

A central sindical esclarece que não reconhece a existência da OPOSIÇÃO CSP-CONLUTAS SINDSAÚDE por não ter havido em nenhuma das instâncias da central qualquer discussão sobre tal oposição. O que na verdade presenciamos é uma disputa aparelhista dentro do SINDSAÚDE. Tal disputa tem atingido diretamente os trabalhadores. Enquanto poderíamos estar avançando na luta pela defesa da greve, estávamos discutindo as mudanças de estatuto que serviu unicamente para acabar com a democracia dentro do sindicato. É importante lembrar que passou a ter um veto às falas e divergências das correntes que discordarem da direção do sindicato, com a possibilidade de ser expulso dos quadros de sócios, pois tudo depende do entendimento da direção, que não admitirá ser “desacatada”. As disputas aparelhistas dos grupos que formaram a Conlutas têm levado o movimento como um todo a fragmentação como se não bastasse o divisionismo para construir uma outra central sindical, agora estas disputas aparecem frequentemente entre os grupos do PSTU e Ex-PSTU.

Defendemos a construção de um sindicato que prime pela democracia, que dê oportunidade às oposições a se expressarem. Nós defendemos também que os que hoje são oposição aqui no SINDSAÚDE que também não pratiquem os mesmos métodos onde são direção.

avizinha-se um golpe sobre nosso salário! E quem o prepara? A direção do nosso próprio sindicato (O Trabalho/PT)! A incorporação da gratificação é tudo que a prefeitura mais quer nesse momento. Com isso a greve que já dura mais de 30 dias ameaça terminar com a conquista de migalhas e sem o Piso. É **PRECISO REJEITAR ESSA PROPOSTA DA DIREÇÃO DO SINDIUTE**. A discussão sobre se a nova reforma previdenciária permite ou não levar a gratificação para a aposentadoria etc é, nesse momento, puro engodo! O centro de nossa luta é o piso e quem levanta semelhante questão nesse momento só pode levar areia aos olhos dos professores.

Derrotar os ataques da prefeitura ao nosso plano de carreira!

Greve por tempo indeterminado até o atendimento de nossas reivindicações!

Ontem, em mais uma rodada de negociações, vimos que as reivindicações da categoria de eleições para diretor de escola, garantia do gozo da licença prêmio, correção das distorções vão sendo empurradas com a barriga. A aplicação do rebaixado Piso da CNTE (R\$ 1.450,00) é rejeitada e de quebra a gestão petista tenta fraturar nosso PCCS. É possível responder a isso de

outra forma que não seja pela manutenção da greve por tempo indeterminado e pela radicalização da luta? A CNTE, por sua vez, que ontem esteve em nossa assembléia, só em palavras apoia nosso movimento e os dos demais estados. Sua direção (PT) é traidora e em nenhum momento se dispôs a unificar as lutas numa greve geral nacional.

É preciso rejeitar as migalhas, lutar com força pelo atendimento de nossas reivindicações, implodir o ano letivo se preciso for, mas não voltar sem conquistas. Por isso, conclamamos os professores a defenderem:

Da regional do POR de Rondônia

O papel do sindicato

O Sindicato de qualquer categoria de trabalhadores é uma forma elementar de frente única de uma categoria trabalhista no enfrentamento da luta de classe. Isto supõe que no interior do sindicato precisa existir a mais ampla democracia, garantindo a expressão dos trabalhadores das mais diversas tendências de pensamento, com a livre propaganda de suas idéias. Ninguém pode ser expulso de um sindicato por expressar essa ou aquela ideia. Tampouco ser perseguido por esse motivo. Caso contrário, não se pode falar de respeito ao direito de sindicalização. A imperante necessidade da prática da democracia sindical como modelo de suas relações com os filiados, ao ser bem compreendido pela base, esta exige que o sindicato lhe defenda e sempre que estes percam seu trabalho por suas ideias políticas, ou seja, perseguido ou preso por isso.

Cultivar a democracia sindical é de enorme importância para a devida estruturação e credibilidade do organismo como defensor dos trabalhadores. A direção sindical deve ser constituída de pessoas eleitas através de amplas, corretas e bem divulgadas eleições, dando lugar para todas as tendências políticas que compõem a base sindical participar com candidatos nas eleições. O sindicato surge na história das lutas operárias como uma organização aberta para todos os trabalhadores da categoria e esta deve se esforçar para compreender a totalidade dos componentes da base.

A essência do sindicalismo está em pôr de pé a vontade da base filiada. É a lei suprema a qual a direção sindical deve subordinar-se. Esta não pode atuar a seu bel-prazer e sim tomar decisões mediante votações em assembléias massivas da categoria. São obrigados a consultar seus mandantes – a base, quando se trata de decidir sobre os interesses vitais dos trabalhadores.

Corrente Proletaria da Educação

É uma expressão política que comparece no seio da luta sindical dos trabalhadores da educação, através de militantes revolucionários vinculados ao Partido Operário Revolucionário e expressa as bandeiras de lutas programáticas do partido. Bandeiras estas que servem para elevar a consciência de classe no sentido da unidade para fortalecer o combate pelas conquistas das necessidades vitais imediatas como: salários, emprego, condição de trabalho, etc. E também a elevação política em defesa da classe para si. Quer dizer, ter clareza que a luta pelas conquistas imediatas devem se converter em luta política dos explorados.

- ✓ Piso salarial de R\$ 3.800,00!
- ✓ Redução da jornada de trabalho para que haja emprego a todos (escala móvel) sem redução de salário!
- ✓ Por um sistema único de ensino, que seja público, gratuito, laico e vinculado à produção social!
- ✓ Oposição revolucionária e operária aos governos Dilma, Cid e Luizianne!
- ✓ Abaixo o Capitalismo! Pela Revolução Proletária e o Socialismo!

Partidos Políticos

Os partidos expressam os objetivos de ação política no programa, pois é o documento fundamental, que condiciona sua conduta diária e sua forma organizativa. Os partidos formados no meio dos trabalhadores que não são revolucionários se apóiam nos setores atrasados das massas, e expressam interesses puramente econômicos (ações que os partidos burgueses realizam), para transmitir a ideologia de outras classes sociais, no seio da classe explorada.

O partido revolucionário é aquele que em seu programa expressa os objetivos históricos do proletariado (destruição do capitalismo, da propriedade privada burguesa e estruturação da ditadura do proletariado) e não unicamente os objetivos imediatos (melhores condições de vida e de trabalho), coisa que inclusive os partidos burgueses podem fazer.

Relação entre sindicato e o partido operário

O sindicato e o partido não são organizações antagônicas ou estranhas entre si. Ao contrário, estão em relação mútua. Também na luta sindical não existe apoliticismo sindical, “apolíticos” limitam-se a servir à política reacionária da burguesia. O militante revolucionário formula respostas para os diversos problemas trabalhistas do ponto de vista do programa de seu partido, nesta medida transmite ao resto dos companheiros a influência da organização política em que milita.

Na luta diária, os militantes revolucionários, ao demonstrarem uma indiscutível fidelidade aos interesses dos trabalhadores, ganham a confiança das massas, dessa forma conseguem que o partido político possa dirigi-las politicamente. É justificável o objetivo partidário de ter influência sobre os sindicatos de ganhar para suas posições a maioria trabalhadora.

A política revolucionária engloba todas as manifestações da vida social. Não existe um abismo entre as lutas econômicas e políticas, como tampouco a luta por reformas e a finalidade revolucionária, todas estas facetas estão englobadas na política. Disso se deduz que o partido operário revolucionário tem a obrigação de dirigir politicamente os sindicatos. Sem esta direção, os sindicatos acabam servindo à burguesia e transformando-se em obstáculos no caminho da revolução e na conquista do atendimento às necessidades vitais da base.

Atual situação do Sintero

Hoje o Sintero, majoritariamente, é dirigido por militantes do PT, representa um exemplo de influência do partido eleito-

reio no sindicato. Por isso canaliza a luta para eleger alguém no parlamento ou no executivo levando os filiados a acreditar que os problemas serão resolvidos no campo parlamentar. Desvia a atenção dos filiados para não acreditar na força coletiva da luta de enfrentamento contra os governos, volta-se para as eleições e legalidade burguesa. Isso tem resultado em conciliação com os governos. Como isso acontece? Na hora que os trabalhadores decidem pela greve, a direção induz a base a aceitar as propostas dos governos, devido aos acordos de campanhas políticas. Para isso, manobra as assembleias e impede a democracia sindical. Um exemplo vivo desta situação é o prefeito Roberto Sobrinho que foi dirigente do sindicato, chegou ao executivo do município e tem pisoteado os trabalhadores municipais com arrochos salariais há oito anos. Um outro exemplo claro são os percentuais negociados com Confúcio Moura e Roberto Sobrinho nas pautas de reivindica-

ções deste ano. O primeiro está intimamente coligado com PT e o segundo é do mesmo partido que a direção majoritária do sindicato.

Nossa tarefa

A Corrente Proletária da educação trabalha por construir uma fração revolucionária no sindicato. Procura reunir os melhores lutadores para se formarem no programa revolucionário e militarem no seio dos explorados por varrer a burocracia colaboracionista do sindicato. Eis por que fazemos uma luta sistemática pelas reivindicações dos trabalhadores da educação e as ligamos com as do conjunto dos explorados, inclusive dos camponeses pobres. Nosso principal objetivo é construir o partido operário revolucionário, condição necessária para libertar os sindicatos dos traidores e avançar a luta pela destruição do capitalismo, por meio da revolução social.

Carta aos professores

Diante da disputa eleitoral em São Paulo, a direção majoritária da Apeoesp tem lançado ataques dos mais diversos à oposição. Apresentamos abaixo uma resposta da Corrente Proletária a eles.

Defendamos a democracia e a independência da Apeoesp

A disputa entre as correntes políticas pela direção de qualquer sindicato inevitavelmente põe às claras a polarização e os confrontos. As eleições da Apeoesp não poderiam ser diferentes. O que assombra é o clima de calúnia armado pela chapa 1 da situação contra a chapa 2 da oposição. A regional da Lapa há anos tem sido oposicionista, assim como várias regionais da capital e Grande São Paulo.

A situação que se perpetua no comando da Apeoesp se apóia nas regionais do interior, despolitizadas e facilmente controladas pelo conservadorismo burocrático. As regionais de São Paulo, a exceção de poucas, são pedras no sapato da burocracia que advoga a sucessão dinástica e ossifica o sindicato na forma de um grande aparelho cheio de dinheiro e de diretores venais.

A casta parasitária teme perder os privilégios de anos a fio de manejo desse grande aparato financeiro-comercial em que se tornou a Apeoesp. Por ela, fecharia as regionais e acabaria com a trincheira oposicionista. Foram várias as mudanças no Estatuto que conferiram aos burocratas mais poder de uso político e patrimonial da Apeoesp.

No Boletim da Chapa 1 que diz: “a Subsedes Oeste-Lapa, que é controlada por grupos de oposição, já há algum tempo deixou de pertencer às professoras e professores da nossa região, pois não tem cumprido o seu papel de organizar e divulgar as ações da Apeoesp.” Essa acusação oculta que “as ações da Apeoesp” se limitam a pedir ao governo que atenda com algumas migalhas para mostrar algum serviço aos trabalhadores e justificar sua política de passividade e colaboração. O que a Subsedes Oeste-Lapa tem feito é defender as reivindicações que de fato protegem o trabalho contra a exploração e exigido dos burocratas que convoquem as assembleias. Mas a Chapa 1 oficialista não quer oposição e sim adesão ao burocratismo pró-governista.

Eis a segunda falsificação: “Falamos mal da Apeoesp, falamos

mal do Governo Federal (Lula e Dilma). Assim, esses grupos de oposição à Apeoesp, que nas eleições se tornaram chapa 2, apenas se preocupam em ocupar espaço para tentar fortalecer seus partidos políticos (PSTU, PSOL, Partido Revolucionário Boliviano, Frente Operária Socialista).” Falar mal de Lula, Dilma e Apeoesp é coisa de compadres e comadres. O que temos feito é nos opor à política capitalista dos governos petistas, que servem aos grandes grupos econômicos, tanto quanto foi o governo de Serra e o é o de Alckmin. O governo de São Paulo aplica as diretrizes educacionais traçadas pelo governo federal. Não há nenhum conflito entre o Ministério da Educação de Lula/Dilma e a Secretaria da Educação de Serra/Alckmin. Governo federal e governo estadual estão de mãos dadas. Está aí uma das razões dos petistas que tomaram conta da Apeoesp não se confrontarem com a política educacional implantada em nosso estado. O bate boca que os burocratas fizeram a Serra e fazem a Alckmin tem objetivo eleitoral. Os petistas usam e abusam da Apeoesp para potencializar a disputa eleitoral para o governo do estado e federal. Se há um temor dessa diretoria petista é de algum dia vencer uma oposição que exponha os balanços financeiros reais e toda a podridão dos ocupantes da Apeoesp.

Jamais atacamos a Apeoesp, que é um instrumento de luta coletiva dos trabalhadores. Mas sempre atacamos a política e a imoralidade de sua diretoria, que a transformou em uma propriedade particular da política do PT. Não existe nenhum Partido Revolucionário Boliviano no Brasil. Na Bolívia, há o Partido Operário Revolucionário, um partido cuja existência está presente na história mundial da classe operária. E no Brasil construímos o Partido Operário Revolucionário. Estamos vinculados ao POR da Bolívia pelo programa marxista-leninista-trotskista e pela tarefa de reconstruir a IV Internacional. Somente burocratas e desqualificados procuram usar de imbecilidades como essa de inventar um nome qualquer. O partido

ao qual de fato pertence essa diretoria - o PT - é vinculado à social-democracia internacional, portanto ao aparelho da burguesia imperialista. Essa é a verdade que não lhes interessa mostrar na disputa sindical com a oposição. Não é porque o PSDB e o DEM fazem oposição ao PT e seu governo acusando-os de corrupção, que a corrupção não existe. Não vamos enumerar os escândalos, nem precisamos exemplificar de tão divulgado que têm sido. Não há a menor dúvida que o PT está corrompido até a medula na política burguesa; e seus burocratas sindicais não espelham nada melhor.

Mas os professores que devem decidir se querem a permanência do PT na direção da Apeoesp e se querem a permanência da oposição na Subsede Oeste-Lapa. Devem estar atentos não apenas às mentiras e calúnias dos burocratas, mas também ao fato dessa direção estar há tanto tempo na condução da Apeoesp sem que houvesse conquistas para o magistério. As condições de trabalho e ensino melhoraram ou pioraram? Que lugar tem ocupado a Apeoesp sob a direção dos petistas perante os principais problemas da educação? Os professores devem fazer essas perguntas e decidir se a situação deve continuar ou ceder lugar para uma nova experiência. Temos consciência que a oposição reunida na chapa 2 é heterogênea, mas que se coloca em defesa da democracia sindical, da extinção da burocracia, do fim dos privilégios de casta, pela independência frente aos governos, pelas reivindicações fundamentais e método de luta baseado na ação direta.

Os membros do POR e da Corrente Proletária da Educação se colocam no interior da oposição com o programa de restituição da Apeoesp para os trabalhadores da educação como ins-

trumento de ação coletiva e de elevação da consciência política de classe explorada. Trabalhamos por unificar a oposição sobre a base do programa classista e revolucionário, sem contar antecipadamente com os votos e ao mesmo tempo considerar que o fortalecimento da burocracia constitui um perigo para o sindicalismo independente e democrático. É negativa para a luta contra a burocracia a divisão nas fileiras da oposição que se reivindica do classismo revolucionário, a exemplo das chapas 3 e 4. A cisão nas forças oposicionistas nas eleições gerais joga a favor do continuísmo. Caso a chapa 1 ganhe terreno, avançará o autoritarismo sindical.

Na Subsede Oeste-Lapa, a oposição manteve a chapa unificada, um exemplo de frente sindical, necessária para vencer o obscurantismo da direção petista. Por pouco que burocracia aumente seu poder, encoraja-se em limitar a democracia sindical. Se os professores são convencidos a votar na chapa da burocracia, acabará dando-lhe mais poderes para conciliar com o governo e para combater a oposição.

Eis as razões pelas quais chamamos os professores a não confiar nas mentiras dos petistas e a votar sim na chapa de oposição, conscientes da longa luta que travamos contra a burocracia servil ao capitalismo e ao governo de plantão e conscientes da longa luta que temos pela frente em defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, científico, laico, vinculado à produção social e sob o controle de quem trabalha e estuda.

Abaixo a burocracia sindical corrupta e conciliadora!

Por uma nova direção combativa e honesta para o sindicato (Apeoesp)

Ao 1º Congresso da Anel

Responder ao burocratismo e estatismo da UNE constituindo uma fração revolucionária programática Derrotar o Plano Nacional da Educação privatista, empresarial, mercantilista Lutar pela expropriação revolucionária do ensino privado, pela estatização sem indenização e controle pelos trabalhadores e juventude

Essas são as três tarefas fundamentais sobre as quais o 1º Congresso deve se debruçar e decidir

Na edição anterior do Massas, começamos a publicar nossas teses ao Congresso da Anel. Continuamos neste número.

Proposta de Resolução sobre a Educação

O 1º Congresso da ANEL resolve:

1. Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista; por consolidar a coexistência do ensino privado com o público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.
2. Defender a retirada da educação do controle de grupos em-

presariais e das igrejas e passá-lo para o Estado, que deve se responsabilizar pela constituição de um único sistema público, gratuito, científico, ligado à produção social e controlado direta e exclusivamente pelos estudantes e trabalhadores da educação. A eliminação do ensino privado exige a expropriação geral, sem indenização, das propriedades escolares em poder de empresários e instituições religiosas.

3. Condenar o ensino a distância, por ser uma excrescência do capitalismo putrefato, por levar à destruição do ensino como processo social, por favorecer a mercantilização e servir à desnacionalização, atendendo aos interesses dos grupos multinacionais que exploram o mercado de ensino. Pela revogação de toda legislação que implanta o ensino a distância e expropriação das empresas que o explora!
4. Denunciar a farsa da expansão de vagas e de inclusão social do PNE. A parceria público-privada do ProUni objetiva preencher as vagas ociosas e permitir a expansão da rede privada com dinheiro público. Trata-se de uma medida privatista. O REUNI serve para acobertar a diretriz privatista do ProUni, iludindo com a farsa do aumento de vagas nas universidades federais. Agravam-se as condições de ensino, aumentando o número de alunos em relação ao de professores. Mantém-se a mesma verba raquítica.
5. Rejeitar a diretriz de financiamento da educação: a) Destina um escasso montante para o sistema público; b) Subsidia os empresários da educação e as igrejas; c) Permite ao capital financeiro explorar os estudantes sem recursos por meio do Fies.
6. Defender um plano de financiamento do ensino único e gratuito elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação. Contra a farsa dos 10% do PIB para a Educação. Que se constitua um Congresso da Educação, formado por delegados em todo País, eleitos nas bases escolares, para estabelecer o montante necessário para funcionar plenamente o ensino público e gratuito em todos os níveis.
7. Exigir que cessem imediatamente os subsídios e os financiamentos; que todas as dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos os estudantes do ProUni e do programa Fies sejam transferidos para as universidades públicas.
8. Colocar-se pelo fim das avaliações institucionais. O SINAES responde às premissas de coexistência do ensino público e privado. Está de acordo com as diretrizes de instituições internacionais que ditam os fundamentos econômicos e educacionais do ensino para os países semicoloniais. E expressa a intervenção do Estado no processo educacional das escolas públicas. Não cumpre nenhuma função progressiva de superação do ensino mecânico, decorativo, escolástico e anticientífico. Os governos têm se valido desse instrumento para culpar professores, estudantes e funcionários pelo descalabro do ensino e para agir punitivamente. As reais avaliações que partem dos movimentos sociais são rechaçadas pelos governos porque resultam em reivindicações que vão dos salários miseráveis dos trabalhadores à pobreza da maioria dos estudantes e chegam à escola arcaica, desvinculada da produção social. Os problemas da educação são claros, não necessitam de avaliações dispendiosas e mentirosas, dependem sim de soluções políticas que somente o programa da classe operária pode dá-las.
9. Fim da legislação que impõe a avaliação institucional, falsifica a realidade do ensino, serve ao intervencionismo estatal nas escolas públicas e que justifica o apoio à rede privada de ensino.
10. Defesa da autonomia universitária, controlada pela assembleia soberana e garantida pela eleição direta majoritária do governo tripartite.

11. Plano de reivindicações do conjunto dos explorados, que garanta o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho e reconquista de direitos trabalhistas; por uma jornada de apenas 4 horas para a juventude e o restante dedicado aos estudos e lazer.

Situação Nacional

1. O congresso caracteriza o governo de Dilma, assentado na aliança PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB, como antinacional e antipopular. Aprova a diretriz de constituir uma oposição revolucionária, que responda a cada ataque do governo à vida das massas e a cada medida de entreguismo pró-imperialista.
2. Diante da pobreza, miséria e fome, o 1º congresso rechaça a diretriz demagógica governamental de “inclusão social” e de “ações afirmativas”. Aprova como suas as reivindicações que defendem a vida da classe operária: salário mínimo vital, emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, escala móvel de reajuste, fim da terceirização
3. Diante da criminalização dos movimentos sociais e das leis antigreve, o 1º congresso aprova uma campanha pela irrestrita liberdade de greve e manifestações.
4. Diante da vasta corrupção no governo, no parlamento e judiciário, o 1º congresso aprova a luta pela constituição de um Tribunal Popular, organizado desde os locais de trabalho e moradia, cuja função é o de condenar os crimes da burguesia e garantir as liberdades democráticas;
5. o 1º Congresso da Anel condena a repressão desfechada contra o movimento operário de Jirau e Santo Antônio. O 1º Congresso apoia a luta dos camponeses sem-terra e defende sua independência organizativa e política diante do governo e do Estado. Diante da violência do Estado e dos latifundiários, o 1º Congresso se coloca pelo direito de autodefesa dos oprimidos.

Situação Internacional

1. O 1º Congresso da Anel apoia o levante das massas oprimidas no Norte da África e Oriente Médio contra as ditaduras e as monarquias que as esmagam e que submetem a nação oprimida ao imperialismo;
2. O 1º Congresso rechaça a intervenção do imperialismo e denuncia o seu objetivo de sufocar o processo revolucionário das massas, adaptar e manter os regimes ditatoriais. Coloca-se pela constituição de frentes antiimperialistas sob a direção da classe operária para combater pela autodeterminação dos povos e derrotar o intervencionismo das potências;
3. O 1º congresso defende que o processo revolucionário foi desnaturalizado pela intervenção do imperialismo e pela colaboração do Conselho Nacional Provisório com os governos das potências. Considera que a tarefa da situação é derrubar o intervencionismo e rechaçar a derrubada de Kadafi pelas forças imperialistas e pró-imperialistas;
4. Sobre o processo de restauração capitalista em Cuba e as medidas antioperárias e antipopulares da ditadura burocrática do Partido Comunista cubano, o 1º Congresso considera urgente sair em defesa das conquistas da revolução, da democracia proletária e da tarefa de lutar pela revolução política; Sobre os ataques dos governos europeus à vida das massas, o 1º Congresso se coloca pela derrubada dos planos financeiros que salvam os bancos e sacrificam os assalariados.

Nesta edição:

- Burguesia sem reposta para a crise na Europa
- Bolívia: Adiado por um ano o Congresso da COB

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Burguesia sem reposta para a crise na Europa

A ideia segundo a qual “o remédio é amargo, mas cura” vai entrar na lista do senso comum ideológico da burguesia. A política de austeridade, depois de mais de um ano iniciada no bloco europeu, mostra toda sua impotência para conter a crise geral no continente. De concreto, ficaram apenas as medidas recessivas, o aumento do desemprego, da pobreza, o congelamento e redução salarial e a retirada de direitos. Em suma, de concreto, apenas a sangria dos trabalhadores.

As notícias, semana após semana, da difícil situação da Grécia e da instabilidade econômica em Portugal, Espanha e Irlanda (e agora também Itália) demonstram que os pacotes de ajustes efetuados nos países com grandes dívidas públicas não foram suficientes para resolver aquilo a que se propunham.

A dívida pública ultrapassa em alguns países do bloco a casa dos 100% em relação ao PIB (Grécia, Irlanda e Itália). O prognóstico de que a contenção de gastos e privatização de setores poderia conter o déficit público foi por água abaixo quando se constatou o óbvio: medidas recessivas atuam no sentido de conter a produção e o consumo, o que leva a menor arrecadação de impostos e subsequente incapacidade do Estado em diminuir o déficit.

É bom lembrar que a sangria das riquezas nacionais do bloco começou ainda em 2008 quando uma intervenção conjunta dos países buscou salvar diversas instituições financeiras da bancarrota. Dinheiro do Estado foi amplamente utilizado para resgatar títulos podres de bancos e seguradoras – a dívida dos Estados ampliou-se repentinamente, como no caso de Irlanda, Islândia, Portugal, Grécia, etc.

Mas não interessava apenas salvar os especuladores vinculados diretamente à “bolha” imobiliária nos EUA, era preciso ter medidas que mantivessem as crenças de lucro do capital financeiro em geral. Para isso, os Estados precisavam poder continuar honrando com seus negócios. A insolvência de qualquer Estado poderia provocar um efeito dominó dos mais nocivos. Com uma fuga em massa de capitais para outros territórios, o euro se desvalorizaria terrivelmente, a União Europeia seria devastada e se esfacelaria como um gigante feito de sal. Esse era o núcleo das preocupações de diversos economistas e governantes, tanto da Europa quanto de outros países, também afetados por altas dívidas públicas. Contra esse cenário catastrófico, o ajuste fiscal, o aperto nas contas públicas era inevitável, era o remédio ruim.

A incrível soma de mais de 1 trilhão de dólares – valor que apenas 14 países no mundo conseguiram ultrapassar como PIB em 2010 – utilizado desde 2008 para “ajudar” os países em pior situação na Europa parece não conseguir conter o desfecho trágico. A Grécia e a Espanha não saíram da recessão em 2011, seus déficits não recuaram, e suas previsões quanto ao aumento de arrecadação por meio de impostos e privatizações se mostraram infundadas.

Portugal e Itália já anunciaram novos cortes e ajustes, enquanto agências econômicas continuam jogando para baixo a expectativa de pagamento dos títulos das dívidas públicas desses e de outros países (como Bélgica).

Com o desespero, a política do “salve-se quem puder” entra em cena com mais força. Parlamentos de alguns países se negam a manter a

ajuda a outros países do bloco. A solidez do euro e das relações multilaterais parece se desmanchar no ar. Enquanto o Banco Central ainda recomenda a política de austeridade, alguns supõem ser possível circunscrever o problema aos países imediatamente afetados. A interdependência joga por terra essa possibilidade. Credores não são apenas banqueiros desse ou daquele países, financistas dessa ou daquela bolsa – eles também são os próprios Estados que se vêem constrangidos com o impasse a que suas políticas o levaram – de forma tão rápida e “inesperada”. França e Inglaterra, por exemplo, parecem estar menos pressionadas pela “desconfiança” dos mercados, pelas expectativas “negativas” das agências econômicas, no entanto, como são credoras de vários países, entre eles, Portugal e Grécia, temem a insolvência dos países vizinhos, porque colocaria seus governos em situação difícil.

Mas a desfaçatez dos governos e burgueses em geral é que, no final das contas, a crise em si não põe um fim no capitalismo e na exploração do trabalho da qual ele é tributário. O ajuste violento que a crise representa serve para os governos eliminarem conquistas históricas e aumentar a taxa de exploração do trabalho, que é, em última instância, a causa motora do sistema.

A conclusão acerca das incoerências da política adotada pelos países imperialistas diante da crise é menos trágica do que patética. A encenação que justifica o ataque à vida das massas e permite resolver momentaneamente a crise de superprodução (não só de mercadorias, mas de capital, de riquezas) objetiva conter o instinto de revolta da classe operária e demais trabalhadores.

Não se tratou, de fato, de remédio ou de resposta ao problema, impossível sob a perspectiva da economia burguesa. Antes de ser remédio, é veneno a ser inoculado contra as condições de existência nos países mais desenvolvidos do globo. O aumento da miséria absoluta é o que capitalismo reserva às classes exploradas tanto em momentos de crise quanto de “prosperidade”, pois esses não se dissociam dentro da lógica do capital, apenas um antecede e prepara as condições para o outro. A lógica não se rompe, sem que sejam cortados os fios que ligam as relações de produção com as forças produtivas e isso só ocorre por via revolucionária. E nova fase se abre com a crise que se estende.

Juventude retoma as mobilizações de 2010

A partir de 1º de maio várias mobilizações começaram a serem retomadas no continente. Portugal, Espanha, Itália, Bélgica, França e outros países tem sido palcos de protestos setoriais e de paralisações esporádicas. O rechaço à política de austeridade tem sido ostensivo. As medidas antipopulares não conseguem arrastar nenhuma parcela dos assalariados. A classe média endividada e constrangida pelo desemprego que se avoluma não apoia as medidas dos governos. A juventude tem os direitos à educação e ao trabalho retirados; surge um horizonte sem perspectiva.

A confluência desses fatores em escala maior pode ser vista em território espanhol. Com quase 50% dos jovens desempregados e com um

taxa de 20% entre a população economicamente ativa, a Espanha já é uma terra devastada pelas medidas do governo de Zapatero. A possibilidade de o BCE ou o FMI intervirem sobre a situação do Estado Espanhol é infinitamente menor do que no caso da Irlanda, Grécia e Portugal, por se tratar de uma das maiores economias do bloco, como é o caso também da Itália.

Desde o 15 de maio, jovens de diferentes partes do país tem realizado protestos pacíficos pelas ruas das principais cidades. Além disso, desde esse dia organizaram acampamentos em locais públicos, como as praças “Puerto del Sol” em Madri e “Praça da Catalunha”, na Catalunha. Os locais tornaram-se centro das mobilizações, com assembleias e organização dos protestos.

O impacto inicial dessas atividades da juventude espanhola permitiu que se fizessem protestos em outras partes da Europa, como Portugal, Grécia e França. Em Portugal, tentou-se organizar também acampamentos nas principais cidades, embora o resultado tenha sido menos expressivo.

O governo geral da Espanha não atuou imediatamente na repressão, o que poderia trazer resultados negativos, dado o apoio da população à atividade dos jovens desempregados. No entanto, os governos locais, por pressão dos comerciantes e de outros setores burgueses, tentam deslegitimar as ações e, na Catalunha, o governo local tentou dispersar a massa que se encontrava na Praça, através de força policial.

As milhares de pessoas que se encontram mobilizadas na Espanha não têm, no entanto, perspectiva para continuar a luta. Os sindicatos e centrais

não se fizeram presentes nas atividades. O movimento intitulado “Democracia Real já” é pequeno burguês e não conta com a presença do proletariado. A direção do movimento, com o método pacifista, coloca um impasse à mobilização. As próprias reivindicações se diluem quando não se define o modo de alcançá-las. O desgaste depois de duas semanas de mobilização e acampamento começa a ser expresso na própria assembleia da Praça “Puerto del Sol”.

O instinto de luta está presente, a revolta contra a situação política e econômica é visível. Falta a política revolucionária, a ligação das reivindicações de emprego e salário com a estratégia de tomada do poder por via revolucionária, pelos métodos da ação direta.

O movimento da juventude desempregada deve ser a ponta de lança das lutas, mas não terá a força para derrotar os governos e impor uma resistência às medidas de austeridade. A construção da direção revolucionária, saída das lutas e com a política operária é fundamental para potenciar os movimentos e retirar a Espanha e todo o bloco europeu da barbárie em que foi lançado pelo capitalismo decomposto.

A luta de classes na Europa evidencia cada vez mais a necessidade de reconstruir a IV Internacional e superar a atomização do trotskismo de responsabilidade do revisionismo e do oportunismo, que se abrigam sob a bandeira da IV Internacional. Sem a política do proletariado, marxista-leninista-trotskista, dirigindo o movimento da pequena burguesia não é possível enfrentar os ataques da burguesia, que apenas estão começando.

Bolívia - Manobras burocráticas às costas das bases

Adiado por um ano o Congresso da COB

A luta entre os dirigentes sindicais dentro da COB (Central Operária Boliviana) faz com que fique latente a possibilidade de uma ruptura inter-burocrática.

Não existe possibilidade de garantir a independência política de nossa organização central, a não ser que os trabalhadores se mobilizem para impor uma linha revolucionária ao Congresso. O trabalho do Partido deve estar orientado para realizar uma agressiva campanha para ratificar o programa revolucionário do proletariado.

Foi convocada uma plenária da COB em Tupiza, a fim de preparar o próximo Congresso da COB. Era perceptível a luta entre duas tendências, uma diretamente controlada pelo oficialismo que pugnava pela realização imediata do Congresso e a outra (que perdeu a confiança no governo na última mobilização nacional) que dizia que o Congresso poderia ocorrer dentro de 90 dias. Mas, ao constatar que os francamente oficialistas (à cabeça dos líderes mineiros e seguido pelos camponeses) estavam em minoria, atacaram e decidiram adiar o Congresso por um ano, alegando “barrar a intervenção do governo para evitar que ele tomasse a direção da COB”. É um fato inegável, desde que o “lluncu” (puxa-saco em aymara) de Evo, Pedro Montes, perdeu a confiança do dirigente, o governo tem se deslocado ativamente para conseguir uma maioria no Congresso e controlar importantes setores sindicais, como o mineiro, o fabril, os professores rurais e outros. Não podemos ignorar que o ministro do Trabalho faz uma aberta e cínica campanha no sentido de que é legítimo o governo querer controlar o futuro do Comitê Executivo do COB através de homens “envolvidos no processo de mudança”.

Cada um por seu lado realizam manobras burocráticas e de cúpula às costas das bases. Cada tendência está interessada em consolidar suas posições para, em seguida, conquistar a direção e seus objetivos são absolutamente mesquinhos, não tendo nada a ver com o programa revolucionário do proletariado. A corrente liderada por Montes não esconde seu interesse de cair novamente nas graças das camarilhas governistas. Este tem repetidamente defendido que não se opõe ao “processo de mudança” e que só é necessário reorientá-lo já que supostamente foi distorcido pelo ambiente palaciano de Evo Morales.

A possibilidade da fratura da burocracia da COB está latente. Lendo as declarações dos camponeses que falam em nome do governo nos levam a supor que este teria como objetivo a organização de outra plenária igualmente burocrática e manipulada para expulsar Montes e seus companheiros e declararem-se únicos representantes legítimos dos trabalhadores neste país. Seria uma fratura inter-burocrática que, no entanto, não teria grande impacto sobre as bases, porque estas têm questões mais importantes para resolver tais como baixo salário, desemprego, insegurança no trabalho, os altos preços dos artigos de primeira necessidade, etc.

Montes, se quisesse superar seus adversários, teria de ir ao encontro das massas que, dia após dia, se afastam cada vez mais do governo, ligar-se ao processo de emancipação política das massas do governo. No entanto, as limitações políticas deste personagem extremamente oportunista não lhe permitem cumprir tal tarefa, que não seria outra coisa senão romper definitivamente com o governo do MAS e levar os explorados a acelerarem sua mobilização.

O congresso da COB, cedo ou tarde, se não se incorporar às bases mobilizadas, não têm perspectiva de garantir a sua independência política com relação ao governo. O problema é que o setor mineiro, devido a muitos fatores, como por exemplo a relação dos altos salários devido ao espetacular aumento dos minerais no mercado mundial, não poderia aderir ao protesto e foi substituído pela burocracia da FSTMB (federação sindical dos mineiros) agindo impunemente e suplantando a classe.

Em todo tempo que dispor, o Partido Revolucionário deve fazer uma ativa campanha de explicação e agitação em torno do programa revolucionário do proletariado. Esta tarefa deve estar orientada a impulsionar os trabalhadores de todos os setores a retomar o eixo de revolução consubstanciado na Tese de Pulacayo e no programa da Assembleia Popular de 1971. Deve também organizar seminários, fóruns, debates, conferências, editar documentos teóricos para ratificar a atual composição classista da COB, que reflete a natureza da estrutura econômica do país.

(Extraído do Jornal “Masas” boliviano Nº 2219 de 03/06/11)